

Aprender com Portugal



FLAVIO DUFRÁ/JU/ARQUIVO 08/09/2014

Boaventura de Sousa Santos é homenageado com o título de *Doutor Honoris Causa*

Em entrevista exclusiva ao JU, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, que recebe o título de *Doutor Honoris Causa* da UFRGS no dia 8 deste mês, analisa a estratégia que permitiu a chegada ao poder de uma coligação

de partidos da esquerda em Portugal e avalia os riscos à democracia em países como o Brasil. Crítico das receitas neoliberais, que considera como uma das grandes mentiras da atualidade, ele espera que surja articulação semelhante em

nosso país. Em sua interpretação, o PT iludiu-se ao acreditar que as classes dominantes aceitariam ser governadas pela esquerda, esquecendo que a rua e os protestos nunca foram um monopólio das esquerdas. **P11**

Paraestatais

Um raio X do Sistema S

Instituído no início dos anos 1940, o Sistema S surgiu para atender as carências de um país que se industrializava e se urbanizava. No entanto, em que pese a intensa modernização do parque industrial brasileiro nos últimos 70 anos, as entidades que compõem o sistema, ao invés de reduzirem seu papel na sociedade, se multiplicaram e ampliaram suas funções. **CadernoJU**

ESTADO MÍNIMO

“Convivemos em uma sociedade na qual se instaura a lógica da discriminação e não a desejada inclusão social”

Cláudio Mazzilli

P10

CAPES

PPGs têm bom desempenho

Para o pró-reitor de Pós-graduação da UFRGS, Celso Loureiro Chaves, os dados do quadriênio 2013-2016 demonstram o crescimento dos cursos que obtiveram conceitos 6 e 7, conferindo solidez à excelência da

Universidade. Contudo, ele chama a atenção para os efeitos negativos da recomposição orçamentária na Capes, a principal agência que financia o sistema de pós-graduação no país. **P6**

Ideias

O necessário debate sobre a equidade étnica na academia

P5

JU Indica

Os lançamentos da Editora na Feira do Livro de Porto Alegre

P12

O espaço nobre da música de concerto



FLAVIO DUFRÁ/JU

Central



Espaço da Reitoria

José Luis Duarte Ribeiro
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS

UFRGS inovadora e empreendedora

Inovar e empreender deixaram de ser meras opções da vida acadêmica e profissional para se tornarem ações essenciais à produção do conhecimento e ao progresso social. No entanto, esse movimento exige constantemente a superação de novos desafios!

Para colocá-las em prática, é necessário ter uma mente aberta e multidisciplinar. Logo, a pluralidade das diferentes áreas da ciência, o respeito às diferenças e a permanente disposição em aprender são fundamentais para a elaboração de novas ideias!

O empreendedorismo e a inovação buscam causar repercussão positiva na vida das pessoas. É o ambiente acadêmico é, sem dúvida, o local propício para ampliar esse impacto pelo estímulo às ideias inovadoras, à superação de desafios e à apresentação de novas oportunidades!

A UFRGS é uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência acadêmica. Suas atividades de ensino, pesquisa e extensão promovem a constante geração de conhecimento por meio

de projetos inovadores. Em função disso, ao completar 83 anos, segue ocupando um lugar de destaque na ciência e tecnologia.

Nesse sentido, a Universidade considera o estímulo à inovação e ao empreendedorismo uma estratégia fundamental para manter-se na vanguarda da geração e da transferência de conhecimento. Para a UFRGS, as pessoas são o elemento mais importante e estratégico para impulsionar esse processo, por isso confia e conta com a sua comunidade acadêmica para superar desafios, gerar novas ideias e criar novas oportunidades.

A inovação e o empreendedorismo estão presentes em diversas ações e oportunidades oferecidas pela Universidade que, por meio de seu ecossistema de inovação, contribui para a criação e o estabelecimento de novos empreendimentos, levando o saber gerado em seu interior aos diferentes segmentos da sociedade. Desse modo, cumpre um de seus papéis mais relevantes: a transferência de conhecimento para a sociedade.

É com esse espírito – inovador e

empreendedor – que estaremos lançando neste mês de novembro a Campanha Inovação UFRGS, cujo objetivo é consolidar o papel desta instituição inovadora e empreendedora. A iniciativa nasce com a proposta de ampliar e divulgar os impactos e as potencialidades das ações realizadas pela Universidade nessas áreas.

A campanha pretende estimular o engajamento das diferentes Unidades Acadêmicas e setores da Universidade na promoção de atividades ligadas à inovação e ao empreendedorismo. Para identificá-la, criamos a marca #inovaçãoUFRGS, que pode ser utilizada para dar visibilidade e disseminar projetos relacionados a esses campos. Mais informações estarão disponíveis no portal: www.ufrgs.br/inovacao.

Contamos com o apoio de toda a comunidade universitária para a divulgação e o incremento da campanha #inovaçãoUFRGS. Vamos juntos ajudar a promover a UFRGS como Universidade inovadora e empreendedora!



A primeira rádio universitária do Brasil UFRGS

- 14/11 Concerto da OSPA - Salão de Atos da UFRGS, às 20h30min
- 16/11 Show Erudito ao Meio-Dia - Prédio da Rádio da Universidade
- 17/11 Show de Tango ao Meio-Dia - Prédio da Rádio da Universidade
- 18/11 Cerimônia de Aniversário - Entrega do Troféu 60 Anos, Tenda de Pasárgada, 19h30min, Feira do Livro de Porto Alegre
- 06/12 Dia da Doação UFRGS

arte: Rosâne Vieira

Confira a programação completa em: www.radio.ufrgs.br/60anos

Carta aos leitores

Entre os grandes méritos do fazer jornalístico está a possibilidade de trazer à luz uma realidade que é complexa e, muitas vezes, pouco discutida. Nesse sentido, a edição deste mês tem como reportagem de destaque, no Caderno JU, a apresentação e análise do chamado Sistema S, que inclui federações e serviços sociais do comércio, indústria e outros setores produtivos. Situadas numa esfera intermediária entre o privado e o estatal, são instituições que têm uma posição social de destaque por conta de atividades de relevância e com ampla penetração nos setores atendidos. No entanto, a dinâmica desse âmbito acaba por mascarar muito do quanto os recursos para essas atividades – culturais, de saúde, de turismo e outras áreas – vêm indiretamente do Estado e dos trabalhadores. Não são raros os discursos sobre o serviço social que insistem em dar ao setor privado o mérito por essas ações.

Numa linha muito parecida, um artigo discute a eficiência do Estado e o impacto disso na carreira dos servidores públicos federais. Essa é uma questão que emerge principalmente em razão de projetos que tramitam e são discutidos em diferentes instâncias de governo e mesmo de um arraigado imaginário de

que os ocupantes de postos de trabalho no Estado são privilegiados e ineficazes. É, pois, um assunto que toca a carreira do corpo docente e técnico-administrativo da UFRGS.

Dentro da ideia de fazer do jornalismo uma contribuição para o debate, o JU historicamente tem aberto espaço para discussões que tocam grupos sociais de pouca visibilidade. A intenção é romper com silenciamentos. Esse é o caso da escrita por mulheres: mesmo que elas tenham conquistado muito espaço em diversos lugares, há barreiras que ainda desejam romper e searas que pretendem abrir. No âmbito das questões étnico-raciais: o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, ainda não é o feriado nacional que deixa menos católico e menos branco o calendário festivo brasileiro. Trazemos, pois, um artigo sobre o tema – escrito por um negro, que tem a propriedade necessária para convocar a comunidade universitária a olhar para esse assunto e assim o faz – e a programação organizada pela Faculdade de Educação (Faced) para tornar esse debate presente no nosso cotidiano. Dentro dessa ideia, ainda, apresentamos as mudanças no Concurso Vestibular 2018, em que pessoas com deficiência passam a ter reserva de vagas e aqueles

que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas passam por processo de verificação.

Os bons resultados dos programas de pós-graduação da Universidade na avaliação da Capes, a comemoração dos 60 anos da Rádio da Universidade, a presença da Editora da UFRGS na Feira do Livro de Porto Alegre, uma exposição realizada pelo Instituto de Artes – na seção Ensaio – e a passagem do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos pela Universidade são alguns dos temas que trazem às nossas páginas evidências de que, apesar de vivermos num momento de ameaça às instituições federais com cortes de verbas e retrocessos, ainda é possível celebrar conquistas e mostrar-se ao mundo como um espaço de produção qualificada de conhecimento. O Escritório Modelo Albano Volkmer, da Faculdade de Arquitetura, e o professor Luis Dario Ribeiro foram os escolhidos para compor a seção Entre nós.

Completam esse conjunto de assuntos o separatismo na Catalunha e um apanhado histórico dos ideais nacional-desenvolvimentistas do Estado Novo durante os governos de Getúlio Vargas na primeira metade do século XX.

Boa leitura!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 90046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitor
Jane Fraga Tullikian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Tribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editora Interina Ánia Chala

Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein

Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Felipe Drenkmann Hackner

Editor de fotografia Flávio Dutra
Revisão Felipe Raskin Cardon
Bolsistas (Jornalismo) Camila Souza, Cássia de Oliveira, Paula Barcellos e Vanessa Petuco
Circulação Cristiane Lipp Heidrich
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 14 mil exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs

Por mais inclusão e controle

Entram em vigor em 2018, tanto no vestibular como no SiSU, duas novidades referentes à Política de Ações Afirmativas: a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) e a implantação da Comissão Permanente de Verificação das Autodeclarações Étnico-raciais.

A inclusão de PcDs nas ações afirmativas ocorre para atender à atualização da Lei de Cotas. A norma determina que 25% das vagas sejam destinadas a esses indivíduos. Enquadram-se nessa modalidade as pessoas com deficiência física, auditiva, visual, intelectual, com transtorno do espectro autista ou com deficiência múltipla.

Os candidatos que forem classificados deverão entregar os documentos relativos à comprovação da sua deficiência descritos no edital do Vestibular. Adriana Arioli, coordenadora do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (Incluir), comenta que a preocupação com essas certificações é a garantia de que as vagas sejam ocupadas efetivamente por pessoas com deficiência.

Adriana diz que, no caso dos PcDs, a exigência de que sejam egressos de escola pública pode gerar uma barreira. Isso porque, historicamente, a maioria desses estudantes é atendida por entidades privadas. Marínez Lorenz, assistente em administração do Incluir, tem baixa visão. Ela avalia que a inclusão em instituições públicas é complicada: “Estudei a vida inteira em escolas públicas porque não fui aceita em escolas para cegos, pois a baixa visão fica num limbo. Mas elas não estavam preparadas para receber pessoas com deficiência”.

Outra barreira, segundo a equipe do Núcleo, ainda é o

processo seletivo, mesmo que já seja disponibilizado atendimento específico. Para os surdos, por exemplo, o ENEM apresenta avanços, sendo a prova traduzida integralmente para Libras. O Vestibular, no entanto, ainda carece de padronização: há apenas intérpretes no momento da realização da prova. Para cegos, não há uma descrição padronizada das imagens.

Vera Lúcia de Souza, psicóloga do Incluir, pondera que, para muitas unidades, o ingresso dos PcDs será uma novidade: “Talvez isso gere ansiedade em relação ao que terão de modificar. O mais importante é acolher esses sujeitos e perguntar o que eles precisam para serem melhor atendidos”. Ao que Marínez complementa: “A melhor coisa é não terem receio de nos perguntar”.

Verificação – O volume de denúncias de fraude na auto-

declaração de pretos e pardos teve um aumento nos últimos anos. Isso culminou com uma denúncia do Coletivo Balanta de estudantes negros da UFRGS que chegou ao montante de 346 supostos fraudadores. Diante disso, a Universidade criou um grupo especial de estudos para apresentar uma proposta de comissão de aferição.

Autodeclaração – Assim, a partir do próximo ano, a Política de Ações Afirmativas passará a contar com o dispositivo da Comissão Permanente de Verificação das Autodeclarações Étnico-raciais (CPVA), que será composta por representantes de alunos, técnicos e docentes, bem como por observadores, representantes do movimento social negro, todos selecionados por candidaturas submetidas à Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações

Afirmativas (CAF). Edilson Nabarro, vice-coordenador da CAF, observa que os princípios aplicados pela Comissão serão os mesmos já utilizados em concursos públicos, valendo-se do fenótipo como critério.

“A Comissão tem propósito de fazer a homologação do sujeito de direito; o indeferimento é o ponto fora da curva. O procedimento produz um efeito de controle social: os indivíduos sabem que serão mediados por uma heteroidentificação por terceiros. Portanto, a autodeclaração, unilateralmente, não tem a soberania de definir o sujeito de direito”, pondera.

O ato de aferição ocorre antes da criação de vínculo. Será individual e silencioso. “O fenótipo fala por si só”, argumenta Edilson. Num eventual recurso de indeferimento poderão ser agregadas variáveis não fenotípicas justificadoras da autodeclaração.



No Vestibular para cegos, é preciso padronizar a descrição das imagens

FLAVIO DUTRA/ARQUIVO JU - JANEIRO 2016

Arte postal no Espaço Ado Malagoli

Até o dia 18 de novembro o Espaço Ado Malagoli do Instituto de Artes (IA) da UFRGS recebe a exposição *Reflexive Mail*. A mostra reúne mais de cem obras de arte postal elaboradas por artistas do Brasil e de países como Japão, Alemanha, Estados Unidos, Itália, França, México, Uruguai, Áustria, Espanha, Austrália e Grécia.

Com a organização da aluna do curso de História da Arte do IA, Charlene Cabral, a coletiva propõe uma reflexão sobre as (im) possibilidades dessa prática artístico-cultural na atualidade e foi montada a partir de uma convocatória internacional de arte postal criada pela estudante. Como é usual em procedimentos desse tipo, não houve júri e todos os trabalhos recebidos estão expostos e podem ser apreciados também no catálogo online no endereço: reflexivemail.tumblr.com.

Intensamente envolvida com o tema, uma vez que a arte postal foi o foco de pesquisa para a realização de seu TCC, Charlene diz que a grande pergunta a ser respondida sobre

esse tipo de produção cultural é o quanto e como ela impacta as pessoas. Do ponto de vista de quem aceita participar de uma proposta como essa, seja ou não artista, ela destaca o sentimento de liberdade experimentado por esses indivíduos. Isso ocorre, segundo a organizadora, porque não há o aspecto inibidor da obrigatoriedade de produzir uma ‘obra de arte’ ou o compromisso com o ‘belo’. “Só tem que ser divertido”, define a estudante.

De abril de 2016 a abril deste ano, a estudante manteve alugada uma caixa postal nos Correios de Porto Alegre. Para lá foram remetidos todos os materiais em arte postal de artistas e não artistas que deveriam produzir a partir da convocatória expressa em três questões: o que é arte postal? Onde ela está? Por que fazer arte postal?

Ao todo, foram recebidas 119 obras originárias de 21 países de diferentes continentes. Entre elas, trabalhos curiosos como os de 15 alunos – com idade entre 14 e 15 anos –, que Charlene acredita terem sido realizados em

sala de aula como atividade escolar. “Eles são aqui de Porto Alegre e todos abordam questões políticas”, descreve.

A exposição pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h, no Espaço Ado Malagoli, Rua Senhor dos Passos, 248, térreo.



GIU HERENLE/JU



CONHECENDO A UFRGS

Aproximação com agricultores no Câmpus Litoral Norte

Considerando a carência de interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, bem como a necessidade de conscientização ambiental e alimentar, foi criado no começo deste ano o Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica do Câmpus Litoral Norte (NEA). A iniciativa busca debater, estudar e implementar ações com vistas ao desenvolvimento sustentável, à agricultura orgânica e à alimentação saudável, difundindo modelos alternativos de produção.

Coordenado pelo professor Felipe Comunello, o núcleo incentiva a troca de conhecimento e experiências entre agricultores e servidores, docentes e discentes com ações como a feira de alimentos orgânicos, realizada toda quinta-feira no câmpus, em parceria com a Rede de Orgânicos de Osório. “É uma conquista pra todos nós aqui do Câmpus. Temos acesso a alimentos orgânicos, e sabemos que esses produtores são pessoas comprometidas com a saúde dos que vão consumir esses produtos”, afirma Ivone Angst, servidora do Câmpus.

O secretário de Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária de Osório, Carlos Augusto Fontoura, elogia a iniciativa: “o NEA veio suprir algumas lacunas e dar fim a nossa ansiedade de dominar a teoria e a prática das atividades coletivas na região”.

Hoje, o Núcleo conta com 11 professores e três bolsistas. Além da comunidade universitária, os agricultores também são beneficiados pelo NEA através das feiras e do acompanhamento científico de seu trabalho. “Nosso objetivo não é só comercial, mas de cooperação e debate sobre agricultura, especialmente a orgânica”, afirma o agricultor Ricardo da Silva Bertoli, participante da Rede que trabalha há 18 anos com orgânicos.

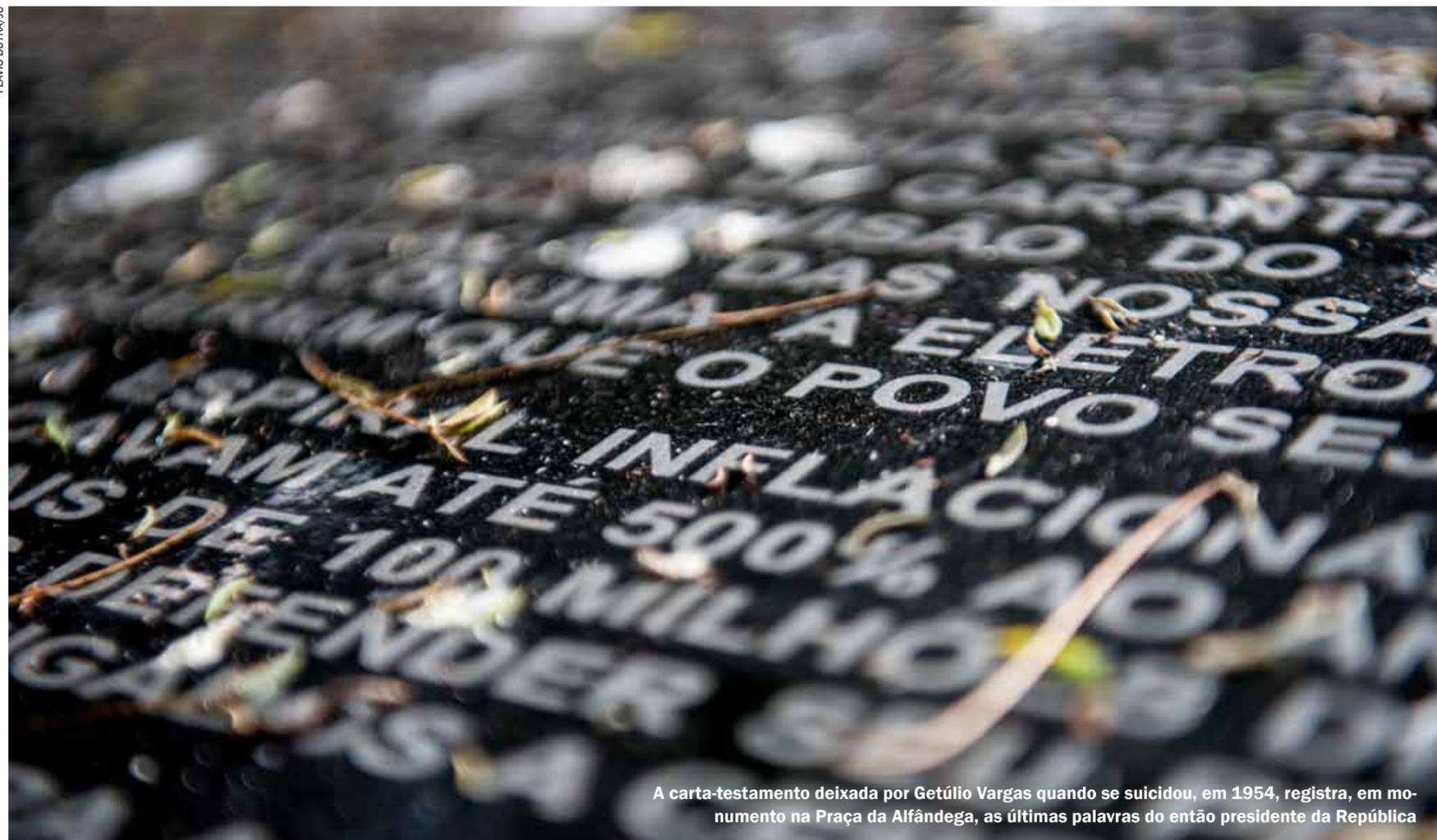
Matheus da Rocha Leite, estudante do 2.º de semestre de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa O Conhecendo a UFRGS sobre o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica vai ao ar na UNIVTV, canal 15 da NET, nos dias 14, 16 e 18 de novembro, às 23h, 18h e 13h, respectivamente, e também pode ser visto ao vivo em www.univtv.br



Estado Novo e nacional-desenvolvimentismo

FLÁVIO DUTRA/JU



A carta-testamento deixada por Getúlio Vargas quando se suicidou, em 1954, registra, em monumento na Praça da Alfândega, as últimas palavras do então presidente da República

Mateus Silva*
Kelvin Emmanuel Pereira da Silva**

“Profundas alterações na ordem político-social do país” era a manchete do jornal O Estado de S. Paulo naquele 11 de novembro de 1937. No dia anterior, alegando terríveis ameaças à ordem institucional, Vargas confessava enfim que não iria convocar eleições nem deixar o cargo. Além disso, impunha uma nova Constituição, que jogava os partidos políticos na ilegalidade e permitia ao presidente governar sem parlamento. Na antevéspera, o general Gaspar Dutra teria advertido: “ou o doutor Getúlio deflagra a contrarrevolução agora, ou não mais poderá fazê-lo”. O presidente escolheu a primeira opção.

O Estado Novo, que agora completa 80 anos, foi um golpe dentro de um golpe. O primeiro, tem a ver com a maneira como Getúlio Vargas chegou ao poder em 1930. Quem venceu as eleições foi Júlio Prestes, candidato da oligarquia paulista, mas, nos acordos por baixo dos panos o vencedor deveria ser um candidato mineiro. Desse impasse, que exemplifica a lógica do poder na Primeira República, Getúlio despontou como opção e acabou por aglutinar vários setores: “eu não acompanhei Getúlio, mas meus próprios colegas de Coluna o acompanharam,” testemunharia Prestes anos depois.

Para compreender as razões do Estado Novo, é preciso entender o movimento armado de 1930. O Brasil, assim como os demais países da América do Sul, era uma economia periférica, cabendo-lhe desde sempre o papel de fornecer matérias primas ao centro do sistema. O Estado era um mero instrumento de dominação das poderosas oligarquias regionais do agronegócio. Existiram os ciclos como o do pau-

-brasil, da cana-de-açúcar; da borracha; e, em 1930, era o café o principal item de exportação nacional.

A chegada de Vargas ao poder está ligada à grave crise que se seguiu à quebra da bolsa de Nova Iorque. Aqui, os preços do café despencaram levando muitos produtores à falência. No mundo, o próprio sistema capitalista e o ideário liberal entraram em xeque. Essa crise global afetou nosso balanço de pagamentos, porque passamos a exportar menos, e o país ficou com reservas reduzidas para comprar produtos externos. A crise agroexportadora induziu ao crescimento industrial, pois forçou o governo a buscar soluções no âmbito interno. Tais medidas resultaram em investimento e aumento da produção nacional. Nas palavras do professor do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFRGS Pedro Fonseca, a industrialização pode não ter sido uma opção, e sim a única saída. Isso é o que se convencionou chamar de Processo Substitutivo de Importações (PSI).

O Estado era a locomotiva por trás dessas iniciativas. Entre 1930 e 1934, Getúlio governou de forma provisória e, no campo político, enfrentou a insurreição paulista de 1932, que exigia a convocação de uma constituinte. O movimento foi derrotado, mas resultou em um novo texto constitucional, com a participação de várias correntes ideológicas, concessões aos trabalhadores e a eleição indireta de Getúlio para a presidência. Em 1935, uma insurreição comunista forneceu ao governo a desculpa para ampliar o cerco à oposição e fortalecer suas práticas autoritárias.

Os comunistas de fato apresentavam uma alternativa, mas nunca tiveram chance real de tomar o poder. Enquanto isso, Vargas implantava o nacional-desenvol-

vimentismo. Para tanto, precisou barganhar com as grandes potências da época o financiamento que fundaria a indústria de base no país. Em janeiro de 1933, Hitler chega ao poder pelo voto. A simpatia de Getúlio pelo dirigente alemão é evidente, o que resulta no incremento do comércio entre Brasil e Alemanha. Mas quem bate o martelo é o presidente Roosevelt, preocupado que um país do tamanho do Brasil, e no mesmo continente que os EUA, desse uma guinada em direção à esquerda, ou viesse a lutar do lado dos nazistas.

Diante da iminência da grande guerra, a relação entre Vargas e os militares se torna crucial. O presidente chegou ao poder amparado pela força militar e fez com que seus apoiadores conquistassem a ala majoritária na corporação. A partir de 1937, houve um reaparelhamento do Exército e da Marinha, o que permitiu que seus quadros tomassem parte na discussão dos grandes problemas nacionais. Gestava-se, assim, o golpe de 1964? Há autores que defendem isso. Fato é que o vínculo entre Vargas e os militares se mostraria sólido em momentos-chave. Ao final, o Brasil tomou parte no conflito, enviou soldados alegando a defesa das democracias, enquanto aqui se vivia em plena ditadura.

Flertando com habilidade entre Hitler e Roosevelt, Getúlio conseguiu angariar os recursos para fundar as grandes empresas públicas da nova matriz econômica: a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (1945). Se na Primeira República o setor industrial crescia induzido pelo setor exportador (em especial as *commodities*), a partir de meados da década de 1930 essa lógica se inverte, com

o foco voltado para o mercado interno. O país urbaniza-se, forma-se uma massa trabalhadora, e o governo publica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que regulamentou as relações entre patrões e empregados e legalizou os sindicatos, embora suas atividades ficassem sob a vigilância do governo.

Talvez o Estado Novo exerça fascinação justamente pela suposta dicotomia de ter sido uma ditadura cruel, que foi capaz de mandar Olga Benário grávida para um campo de concentração (onde seria morta); que censurou, restringiu liberdades, mas que ao mesmo tempo modernizou o país, fortaleceu a indústria e investiu na defesa de direitos dos trabalhadores da cidade. Contudo, não atuou pelos direitos do trabalhador do campo.

Não há dicotomia. Tudo isso estava de acordo com a lógica do nacional-desenvolvimentismo, pois sem essa classe assalariada e consumidora, o PSI não teria dado certo. Muitas vezes cultuado como o pai dos pobres, ou o pai da industrialização nacional, Getúlio Vargas foi, antes de tudo, um político hábil que soube se adaptar aos novos tempos. Toda a máquina de propaganda da ideologia nacionalista-desenvolvimentista tem a ver com a necessidade de fortalecimento da soberania brasileira num cenário de guerra e economia global desajustada. Ele ainda voltaria ao poder, pelo voto direto e com grande aclamação nacional, criaria a Eletrobrás e a Petrobras, até o dia em que se suicidou alegando que forças agiam contra ele. O presidente era investigado por corrupção e a economia patinava. Um derradeiro gesto político.

* Jornalista e estudante de História (UFRGS)

**Mestrando do PPG em História (UFRGS)



FABIANE GONZALEZ/DIVULGAÇÃO

Júlia Santos desfila para a grife *Cau Brau*, com design de Cláudia Rosa, durante a Acolhida Afirmativa, realizada em agosto no Câmpus Centro

Dear black people of UFRGS

Wagner Machado*

O título deste texto é uma analogia ao seriado de 2017 chamado *Dear white people* (ou *Cara gente branca*, em português) da Netflix. Baseado em um filme de 2014, a série conta a história de jovens negros em uma universidade majoritariamente branca, nos Estados Unidos. Depois de uma festa *blackface* – quando pessoas brancas reproduzem, de maneira estereotipada, as características dos negros – organizada por um grupo de alunos, várias tensões raciais se desenrolam no ambiente acadêmico. Mas por que estou me dirigindo à comunidade universitária negra da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Porque, na minha perspectiva, representatividade importa, sim. Segundo dados da Pró-reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN) de 2016, hoje somos cerca de 49 mil alunos – entre educação básica, técnica e tecnológica, superior e pós-graduação – e 7.529 trabalhadores – professores, técnico-administrativos e terceirizados.

Dear white people, sou servidor e acadêmico, conheço e fui contemplado pelo sistema de reserva de vagas no vestibular e também em concurso público da UFRGS. Essa é uma política de ações afirmativas, ou seja, de medidas especiais para combater desigualdades históricas, com propósitos compensatórios. Na clássica obra *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* (1933), o sociólogo Gilberto Freyre destaca que a sociedade brasileira foi formada tendo a agricultura como base econômica e o escravo negro como principal meio de mão de obra. No entanto, um pequeno exemplo de que esse

panorama pode e está sendo alterado vem da última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), de 2013. O estudo mostra que das 23,5 milhões de pessoas donas de negócios no Brasil, 50% se declararam pretas ou pardas; em uma década, esse número subiu 7%. A história mostra que, ao longo dos anos, os negros foram prejudicados em razão da escravidão, com reflexos ainda na atualidade. Mas com determinação e a busca por melhores oportunidades essa etnia tem superado os obstáculos do preconceito e está competindo por melhores empregos, cargos, salários e despontando para o afroempreendedorismo.

“É um convite para tentar dimensionar um pouco o que é estar na nossa pele”

Wagner Machado

Dear black people of UFRGS, no trabalho de conclusão da minha graduação em Jornalismo, estudei sobre a (In)visibilidade do negro no telejornalismo gaúcho. Na época, em 2009, evidenciei que dos 421 jornalistas com titulação acadêmica que estavam em redação de televisão, apenas três negros trabalhavam na frente das câmeras, como repórteres. Isso confirmava o sociólogo Muniz Sodré quando diz: “A TV brasileira está para o negro assim como o espelho está para o vampiro. O negro olha: não se reconhece,

não se vê!”. Ainda que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014, tragam à tona que quase 54% da população brasileira se autodeclara negra ou parda, a mídia vê e opera com os olhos dos grupos influentes, resultando em uma espécie de espelho invertido.

Para além de outras possíveis hipóteses, a disparidade de jornalistas negros na televisão ocorria porque eram poucos os negros que chegavam até o ensino superior e menos ainda os que conseguiam concluir essa etapa. Em resumo, quando o acesso à educação tem falhas, todo o processo de equidade é prejudicado.

Dear white people of UFRGS, atualmente, no mestrado pesquiso a (Re) construção do imaginário social do negro no Brasil, a partir do programa *Mister Brau*, protagonizado pelos globais negros Lázaro Ramos e Taís Araújo. O seriado, em sua terceira temporada e já confirmado para 2018, tem conseguido superar os estereótipos de que essa etnia na televisão tem espaço segregado em papéis de empregado, escravo, morador de periferias, malandro ou ladrão.

Cabe lembrar que o Brasil é o maior país negro fora da África, e não é preciso pensar muito para concluir que, quando se fala em telenovela brasileira, dificilmente se associa um negro a algum papel de destaque. Menos frequente ainda é vê-lo como protagonista, como é o caso do *Mister Brau* – na qual dois negros emergentes enfrentam o preconceito, com situações cômicas e reflexivas, e conseguem inverter a lógica de ser quase sempre palanque e suporte para os atores principais. Ao escrever *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*, de 2000, Joel Zito Araújo enfatiza que as imagens dominantes no conjunto das

telenovelas revelam a cumplicidade da televisão com a persistência do ideal do branqueamento e com o desejo de euro-norte-americanização dos brasileiros.

Dear black people of UFRGS, na série *Dear White People* os estudantes tiveram muita dificuldade para enfrentar o abismo racial tão presente naquele cotidiano. Como se quase nada tivesse mudado, na contemporaneidade é preciso, sempre que possível, refletir, denunciar e superar situações semelhantes como, por exemplo, a dificuldade de permanência no ensino superior, quase ausência de aulas sobre relações étnico-raciais que discutam racismo, solidão, igualdade de direitos, representação, empoderamento, colorismo, violência policial, necessidade de militância, mito do racismo reverso, desvalorização dos cotistas, apropriação cultural e tantos outros temas.

No Rio Grande do Sul, onde sequer é feriado no Dia da Consciência Negra, assuntos como esses geralmente ficam restritos ao mês de novembro, embora devesses ser pauta diária. No entanto, à medida que a comunidade acadêmica entende e traz essas questões para o debate, é um convite para tentar dimensionar um pouco o que é estar na nossa pele. Evidencia-se, assim, um panorama que tem tudo para avançar, já que é pela educação que a mudança ocorre. Mas isso somente se concretizará quando for consenso que discutir equidade étnica não é mero espaço para vitimização, como muitos geralmente tentam rotular. É, ao invés, uma forma de oportunizar um olhar próprio de quem vive essa realidade por tantos anos excludente.

* Servidor negro da UFRGS e mestrando em Comunicação



FLÁVIO DUTRA/JU



Gabriela Coelho de Souza
coordena o PPG em
Desenvolvimento Rural que
recebeu conceito 6 da Capes

Crescimento consolidado

Pós-graduação Avaliação divulgada pela Capes mostra bom desempenho da Universidade

Felipe Ewald

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou recentemente os resultados da avaliação da pós-graduação brasileira. Ao analisar um quadro comparativo com os três últimos períodos, o pró-reitor de Pós-graduação Celso Loureiro Chaves constata que os dados do quadriênio 2013-2016 mostram a solidificação do desempenho da UFRGS. “Agora temos a certeza de que estamos em uma curva ascendente”, entusiasma-se.

Há um claro movimento em direção aos conceitos 6 e 7, que indicam programas de excelência, com alto grau de internacionalização. No triênio de 2007 a 2009, o conceito 5 representava 45% do total de programas; hoje, é atribuído a apenas 28%. Já os cursos que atingem as notas 6 e 7 passaram de 13% e 14%, respectivamente, para 23% e 19% do montante – ou seja, o grau de excelência foi alcançado por 42% dos cursos.

Houve também um aumento no número de formações que receberam conceito 3: passaram de 6 (7%) no triênio anterior para 11 (13%). Segundo o pró-reitor, esse índice pode ser explicado pela criação de quatro cursos, que pegaram o quadriênio em andamento e, portanto, ainda não tiveram uma avaliação completa.

Futuro – Celso considera que os critérios da avaliação da Capes têm

se mantido razoavelmente inalterados. “O que se observa é que a pós-graduação brasileira já aprendeu a lidar com as ferramentas da coleta. A informação que se obtém é de melhor qualidade. Por outro lado, justamente pela intimidade com a metodologia, há o risco de que os programas comecem a se estruturar em função da avaliação, e não das necessidades da área”, alerta. Por isso, acredita que, no período que se iniciou neste ano, surjam outras métricas e metodologias.

Em relação ao futuro, há mudanças indesejadas em vista: é muito provável que a recomposição orçamentária na Capes, que é a agência que majoritariamente financia a pós-graduação no país, tenha reflexos negativos na próxima avaliação. O grau de incerteza se expressa na preocupação do pró-reitor: “Neste momento, ainda não sabemos como será 2018. Não temos ainda como projetar os próximos anos”.

Trajetórias – Entre o grupo dos que passaram ao conceito 6, o PPG em Desenvolvimento Rural (PGDR) tem uma trajetória bastante singular. Constituído em 1999 com apenas quatro professores, hoje conta com 36 docentes provenientes de áreas tão distintas como Economia, Sociologia, Biologia, Enfermagem, Veterinária, Nutrição, Geografia e Agronomia, todos voltando sua atenção para as

questões do mundo rural. Por isso mesmo, sua avaliação é realizada pela comissão da Área Interdisciplinar da Capes.

O PGDR é um órgão auxiliar da Faculdade de Ciências Econômicas, tendo surgido da extinção de outros dois PPGs. Assim, destaca Gabriela Coelho de Souza, coordenadora do programa, o aspecto da sucessão é bastante relevante. “Hoje temos três gerações. A primeira, que constituiu o PGDR e enxergou a importância de passar adiante o compromisso. A segunda, que hoje coordena o programa e tem a responsabilidade de dar continuidade à construção e projetar a abertura de espaço para a terceira geração, constituída por egressos do próprio PGDR. Isso é salutar e foi destacado na avaliação da Capes”, revela.

Outra atividade valorizada pela agência foi a interação com entidades locais, como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). A falta de professores nesta instituição e a demanda por prática em docência por parte do PGDR foram o motor da parceria. Os doutorandos elaboram um plano de aulas e depois ministram uma disciplina com o apoio do regente na Uergs e do supervisor acadêmico do programa. “Com isso, conseguimos a experiência, o que vem se tornando um diferencial”, comenta a coordenadora.

Para ela, essa política de inserção representou fator posi-

tivo para o PGDR se qualificar. “O produtivismo faz com que o aluno vire um pesquisador tão envolvido na sua produção que pouco se relaciona com a sociedade. Acreditamos que, pelo contrário, é a partir do relacionamento com a sociedade que se identificam temas de pesquisa inseridos nos contextos e que possam dar retornos concretos. Essa foi uma aposta e, por isso, nos sentimos muito contemplados por atingir o conceito 6 investindo numa política inclusiva, de diversidade, e permitindo que o aluno tenha liberdade de criação para trazer inovações ao processo de desenvolvimento rural”, conclui.

Conceito 7 – Flávio Fogliatto, coordenador do PPG em Engenharia de Produção (PPGEP), que alcançou grau máximo na última avaliação, acredita que o principal aspecto para qualificar um programa e elevar seu conceito é saber identificar quem são as pessoas com perfil adequado.

“A pós-graduação é uma atividade opcional na Universidade. Acho que essa informação é bem importante porque no quadro docente dos departamentos existem profissionais com perfil adequado para participar de atividades de pós-graduação e outros que têm perfil para outras ações.”

Pelo lado dos discentes, pondera o coordenador, ocorreu uma mudança nos requisitos

de saída. Antes, os doutorandos defendiam suas teses sem ter nenhuma produção associada a ela. Após a revisão do regimento, eles devem ter pelo menos um item de produção em periódico representativo na área. “Penso que o quadro discente passou a ter um maior envolvimento por estar alinhado com os indicadores da Capes, os quais olham para a produção intelectual”, explica.

Contraponto – Vinícius Stone e Henrique Vieira, doutorandos e membros da diretoria da Associação de Pós-graduandos da UFRGS, alertam que a consolidação da pós-graduação tem um alto custo e que parte dele é pago pelos alunos, seja por atuarem de maneira voluntária, seja por terem sua saúde física e mental afetada.

“A gente é sugado por esse sistema que nos faz produzir ininterruptamente. Não conseguimos parar para pensar na qualidade do que fazemos nem no impacto que isso tem para a sociedade – afinal, a ciência é um patrimônio social financiado pela população. Muitos têm medo de perder a bolsa, por exemplo, que está vinculada a um índice de produtividade, então se sujeitam à pressão”, argumenta Vinícius. E conclui: “A sede por publicação está forçando a replicação do modelo, formando pessoas que têm o objetivo de produzir artigos e não se preocupam em refletir sobre problemas da realidade”.

O que move o separatismo

Catalunha *Motivos e memórias que sustentam o movimento independentista catalão*

No dia primeiro de outubro, 2.262.424 catalães votaram a favor da separação ou independência da região noroeste da Espanha, motivados pelo anseio por autonomia. Esse número representou 90,09% do total de votos registrados no referendo organizado pelo governo catalão, chamado de Generalitat.

A votação, considerada ilegítima pelo Tribunal Constitucional espanhol, foi realizada em meio a tumultos: 844 pessoas ficaram feridas no dia do pleito devido à repressão policial, de acordo com a Secretaria de Saúde do Generalitat. Duas semanas antes do dia marcado para o plebiscito, a polícia apresentou mandados de busca e apreensão em 41 escritórios de secretarias do governo regional catalão, além de prender 14 pessoas e confiscar cerca de 10 milhões de boletins de voto. Além disso, o governo espanhol, representado pelo presidente Mariano Rajoy, advertiu aos separatistas que teriam que responder à Justiça pela organização da consulta.

Memória – Contextos de repressão fazem parte da história catalã, segundo a professora do Departamento de História da UFRGS Regina Weber. “A Catalunha teve que ser submetida pelas armas por Madri em mais de um momento”, comenta. Entre os episódios mais marcantes dessa trajetória está a Guerra de 1714, quando a monarquia hispânica foi disputada por

Felipe V de Bourbon, do reino de Castela, e o arquiduque Carlos da Áustria, aliado ao Principado da Catalunha, do reino de Aragão. Essa batalha foi encerrada com o Cerco de Barcelona, quando os soldados catalães foram derrotados em 11 de setembro, data do Dia Nacional da Catalunha. “A queda de Barcelona dá ideia da resistência regional no século XVIII”, explica a professora. Ao ser coroado Felipe V, em 1716, a região catalã viu suas instituições de autogoverno serem abolidas pelo Decreto de Nova Planta, ordem que centralizava o poder em Madri. Somente por volta da década de 1930, com a proclamação da Segunda República Espanhola, a Catalunha recuperaria sua autonomia, oficializada por meio do Estatuto de Nuriá. Entretanto, essa liberdade deixou de estar presente na região em 1939, com a tomada de Barcelona pelas tropas do ditador Francisco Franco. Nesse contexto, o idioma catalão que havia reconquistado o status oficial nove anos antes, passou a ter seu uso proibido em locais públicos. E assim, o poder voltou a ser centralizado em Madri.

Identidade – Memórias como essas fundamentam a identidade histórica catalã, conforme Regina.

O professor do Instituto de Geociências da UFRGS Álvaro Heidrich diz que a identidade “é uma noção de que pertencemos a

certo ambiente social ou grupo e compartilha com ele aspectos do cotidiano. A gente se apresenta junto com esse grupo de modo compartilhado, ou seja, com interesse de estar junto”. Entre esses aspectos, ele explica que está o linguístico, como é o caso da Catalunha com seu dialeto particular. No plano identitário, há a ideia de nação. “É uma formulação bastante moderna e fundamental para compor um dos elementos que é o Estado-Nação, especialmente nos países de maior complexidade histórica e geográfica. Ela é um elemento de segmentação”, esclarece Álvaro. A Espanha, observa o professor, é um país de múltiplas nacionalidades. “Não quer dizer que uma nação tem de ter uma combinação de território com etnias, mas se uma delas viver uma opressão, então parece surgir uma razão forte para ir em busca de autonomia”, ressalta. Para ele, o fundamental à constituição de uma nação é a projeção de um futuro comum por parte de seus habitantes.

O analista francês Bernard Guetta afirmou para a rádio France Inter, como destaca o jornal *El País*, que na Catalunha foi inventada uma identidade nacional com o objetivo de camuflar o desejo de não compartilhar suas riquezas com as outras regiões da Espanha. “Toda identidade é uma construção social”, sustenta Álvaro. E complementa:

“Não quer dizer que, por ser social, não tem um componente de interesse por parte de segmentos sociais. No plano dos discursos, isso se faz, o que não significa que a identidade seja resultado diretamente disso”.

Crise econômica – “A Catalunha é uma região de forte desenvolvimento industrial e econômico, então, é tranquilo se supor que dificuldades como desemprego, redução de crescimento, compõem esse cenário”, comenta o professor. Entre todas as 17 comunidades autônomas da Espanha, a Catalunha foi uma das primeiras a conquistar desenvolvimento industrial, segundo o jornal espanhol *El País*. O Produto Interno Bruto (PIB) da região atualmente representa 19,3% do PIB espanhol, conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE) do país. No entanto, a economia catalã enfrenta dificuldades após a crise de 2008. O desemprego, por exemplo, vem aumentando desde a última década. Em 2007, a taxa anual era de 6,55%; a partir de 2009, passou a ter dois dígitos; em 2013, atingiu o índice máximo com 23,12%, de acordo com o INE. “As coisas parecem que acabam se resumindo a números”, pondera Álvaro. Para ele, o quanto se paga de imposto em relação às outras regiões, o quanto se recebe de investimentos e o quanto seria melhor se a Catalunha fosse autônoma são algumas das questões

levantadas pelo movimento separatista frente ao atual cenário. “Produzimos recursos e riqueza suficientes para vivermos melhor do que vivemos”, declarou Artur Mas, presidente da Generalitat vigente em 2012, explicitando a relevância da questão econômica na pauta independentista catalã.

Herança farroupilha – Seis dias após o referendo realizado na Catalunha, membros e simpatizantes do grupo *O Sul é meu país* votaram pela separação dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná do restante do Brasil. Cerca de 364 mil pessoas participaram do plebiscito; destes 96% se declararam a favor do projeto. “Na Catalunha existe um sentimento de nacionalidade, uma língua própria, além de uma tradição de autonomia que remonta ao período medieval. No caso do Rio Grande do Sul, o separatismo está associado à herança do movimento farroupilha, que nunca foi completamente separatista. A construção identitária no caso gaúcho é frágil e está assentada numa perspectiva histórica irrealista, já que não sobreviveríamos sem o Brasil”, compara o professor associado do Departamento de História Fábio Kühn.

Vanessa Petuco,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Em Barcelona, capital da comunidade autônoma da Catalunha, cartazes registraram demonstrações de apoio à independência da região em relação ao governo espanhol

Memória musical

1080 AM No mês em que a Rádio da Universidade completa seis décadas no ar, ex-funcionários e membros da equipe falam sobre a vocação da emissora para formar e informar ouvintes

Ânia Chala

Quem sobe os gastos de degraus de mármore do prédio da Rádio da Universidade no Câmpus Centro pode desconhecer que aquele foi um dos mais prestigiados pontos de encontro da intelectualidade porto-alegrense entre as décadas de 1960 e 1980. A emissora funcionava como um polo de difusão da cultura local, com uma programação que abrangia música de concerto, programas educativos e de divulgação da agenda científica e artística da cidade sem intervalos comerciais.

Desde as primeiras transmissões experimentais em ondas curtas, a partir de uma sala do antigo Instituto Eletrotécnico, em 1950, a Rádio conseguiu mobilizar a comunidade acadêmica, organizando uma campanha de doação de discos para seu acervo. Idealizada por iniciativa do professor da Escola de Engenharia Antônio Alberto Goetze, a pioneira das emissoras universitárias do país só viria a receber um canal de rádio na faixa da Amplitude Modulada (AM) em 1957. A transmissão inaugural ocorreria em 18 de novembro daquele ano pela voz do locutor Luiz Carlos Vergara Marques, com a reprodução da primeira suíte de *O descobrimento do Brasil*, de Heitor Villa-Lobos.

Na época, o rádio fazia parte do cotidiano das pessoas como o mais popular veículo de comunicação, e as famílias costumavam reunir-se para apreciar música e acompanhar seus programas favoritos. Era o caso dos pais de Sérgio Stosch, funcionário aposentado da Rádio e ex-professor da PUCRS. “No início da década de 50, Porto Alegre tinha somente a Farroupilha, a Gaúcha e a Difusora. Até que Juscelino Kubitschek distribuiu concessões para novos canais. Lá em casa não havia televisão, e ouvíamos a Rádio da Universidade desde que ela começou a transmitir em ondas curtas. Eu sabia a programação de cor.” Aos 11 anos, ele e seu pai foram visitar a emissora: “Fiquei fascinado! Tudo funcionava em uma pequena sala, a secretaria administrativa era junto do operador e a discotecária, Aglaé Loureiro Lima, cuidava dos discos que eram doados por ouvintes e por instituições”.

Novo endereço – Em 1960, a antiga seção de meteorologia do Instituto Astronômico Coussirat Araújo, situado na Rua Sarmiento Leite, 426, foi encampada pelo Ministério da Agricultura. O prédio ficou vazio, passou por reformas e ali foi instalada a Rádio da Universidade, que ganhou um estúdio de primeira linha com um piano de meia cauda adequado à realização de pequenos concertos.

Na segunda metade da década de 60, Sérgio produzia um programa de música de concerto na Rádio Difusora até que, em 1970, foi convidado a integrar a equipe da rádio universitária pelo locutor Celestino Valenzuela. “Comecei a trabalhar na discoteca ganhando cachê, já que não havia como me contratar assinando carteira. Ingressaram comigo Carlos Urbim e Flávio Martins. Mas encontrei muita gente que já conhecia, como o

Flávio Oliveira, que era comentarista de música na Difusora e também atuava na Rádio da Universidade. Foi como encontrar um irmão mais velho, porque com ele aprendi muito do ponto de vista musical”, recorda.

O compositor e funcionário aposentado da emissora Flávio Oliveira também tem uma história pessoal relacionada à Rádio da Universidade. Assim como Sérgio, ele habitou-se a sintonizar os 1080 AM: “Eu estudava piano e o meu interesse era muito grande porque ela transmitia música clássica. Quando inauguraram o canal em AM, passou a ser muito melhor de escutar, já que os horários de transmissão na onda curta eram bastante limitados”, comenta. Em 1964, Flávio começou a trabalhar na Rádio a convite de Carlos Scarinci, professor do Instituto de Artes da UFRGS. “Ele foi uma presença marcante em minha vida, desde os tempos de estudante do Julinho. Levava muito a sério os jovens e gostava de dialogar com eles. Passamos a tomar café regularmente no bar do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt [espaço atualmente ocupado pelo bar Antônio Lanches]. Vendo que eu era ouvinte da Rádio e tinha um bom conhecimento dos clássicos, ele me propôs colocar em prática algumas ideias que lhe apresentei, informando que o então diretor Nilo Ruschel havia topado a experiência. Assim, fui trabalhar de graça na Rádio, produzindo uma série de programas chamada *A música comentada*, que teve início com a *Arte da Fuga* e os *Concertos de Brandenbug* de Bach.”

Mais tarde, quando o compositor e docente Armando Albuquerque tornou-se diretor, propôs que Flávio fizesse três programas semanais. “Fui ficando até que, lá por 1968, me contrataram para assumir a programação musical. O diretor-artístico era o professor e jornalista Aníbal Damasceno Ferreira. Nos anos seguintes, mantive contato frequente com o Instituto Goethe e com os consulados sediados na capital. Por conta disso, muita gente me considerava diretor da Rádio. Isso acabou criando problemas com a nova diretora, que assumiu em 1972. Depois de vários atritos, resolvi me demitir do serviço público. Na época, eu já era professor de música e de português do Colégio João XXIII. Deixei alguns meses de programação prontos, o que permitiu que o Sérgio Stosch assumisse a função sem sobressaltos”, detalha.

Atendimento ao público – Sérgio comenta que Flávio desenvolveu uma série de projetos com o auxílio do professor da Escola de Engenharia Anatólio Laschuck. Ele teve a ideia de colocar os discos em um sistema de computador que usava cartões perfurados e criou um departamento chamado de Organismo de Pesquisa e Programação, que incluía o atendimento ao público. “A Rádio gravava fitas por encomenda, fazia sonoplastia para os espetáculos dos estudantes de Teatro e para os alunos do Jornalismo da UFRGS e da PUCRS, além de emprestar peças para o pessoal da OSPA. Os músicos da Orquestra inclusive

estudavam violoncelo aqui e ensaiavam no piano do estúdio. A torre do último andar do prédio sediou o embrião da Fundação Educacional Padre Landell de Moura (Feplam), que mais tarde teria uma sede própria na Av. Ipiranga.” Sérgio reconhece ter aprendido muito ouvindo as conversas dos artistas plásticos, escritores, pesquisadores, músicos e maestros que frequentavam aquele ambiente.

Nesse período, o transmissor da emissora era localizado na Ilha do Chico Inglês e só podia ser acessado por lancha. Isso gerava um grande problema, pois no local não havia luz elétrica e o equipamento dependia de um gerador que funcionava à base de querosene. Para economizar combustível, a rádio transmitia apenas das 8h às 14h e das 18h às 22h. Essa limitação só viria a ser solucionada em 1978, com a inauguração do novo transmissor de 10kw em um terreno adquirido pela UFRGS em Eldorado do Sul.

Em 1984, Flávio retornou à emissora: “Tinha assumido a direção o Carlos Urbim, que havia sido estagiário no meu tempo de programador musical. Descobri que existia uma vaga para técnico em assuntos educacionais, para a qual estava capacitado, por ter me graduado pelo Instituto de Letras. Acabei sendo recontratado em março daquele ano”. Ele manteve sua linha de trabalho de produção de programas de divulgação da música de concerto, principalmente das áreas desconhecidas – como compositores brasileiros de todas as épocas, em especial os contemporâneos – raramente divulgadas pelas outras rádios. Uma dessas produções foi *A história da música em 24 audições*, programa que acabou sendo retransmitido pelo antigo Sistema de Rádio Educativo Nacional (Siren). Outra série que alcançou boa repercussão foi *O ABC da música*, que ensinava a audiência a ouvir sonatas por meio de comentários nos intervalos das apresentações. Nesse meio tempo, atuou também como professor do Departamento de Música do Instituto de Artes durante cerca de seis anos. Em 2003, aposentou-se por motivos de saúde, mas segue sendo ouvinte dos 1080 AM até hoje.

Função formativa – Para o músico e professor do Instituto de Artes Celso Loureiro Chaves, na contramão da imensa quantidade de informação que temos à disposição, o rádio vive um renascimento na última década. “Hoje, a música de concerto está disponível em várias plataformas com acesso imediato e uma lista quase absurda de opções. Mas é aí que entra a atribuição de uma rádio universitária, porque o ouvinte que pretende se formar em música de concerto, ou o estudante de um curso de música precisa e quer que algo o conduza através desse imenso cardápio.”

De acordo com ele, a função formativa deste tipo de emissora é justamente a de servir de guia. “A rádio não estará fazendo o seu papel se quiser competir com a variedade oferecida por uma plataforma de gravações ou de compartilhamento de arquivos. Mas estará fazendo o certo se indicar, aqui e ali, para onde

FOTOS FLÁVIO DUTRA/JU



e afetiva



o amador iniciante ou mesmo o especialista iniciante de música poderá ir. A partir disso, terá a oportunidade de ampliar a sua base e ser não só um caminho de iniciação, mas um meio de sedimentação dessa informação que está sendo transmitida. Assim, ela oferecerá diversos mapas a partir dos quais o ouvinte escolheria o seu próprio caminho”, defende.

Essa avaliação é compartilhada por Flávio, para quem os estudantes-bolsistas que hoje atuam na Rádio deveriam ser orientados a criar e produzir programas para as áreas da cultura e da música de concerto nos moldes do que faz, por exemplo, a Rádio Cultura de São Paulo. “Que bom seria se a rádio voltasse a ter produções direcionadas à formação. Aprendi com os gregos que o conhecimento se faz também pela opinião. É lamentável que, a cada novo diretor, tudo mude sem a manutenção de uma linha de trabalho”, critica.

Sérgio Stosch endossa a ideia da Rádio como formadora de ouvintes ao recordar um em especial: “Nos anos 1990, havia um pipoqueiro que trabalhava na esquina das lojas Renner em frente à Praça Otávio Rocha, no Centro de Porto Alegre, e era louco por música operística. Ele ouvia a Rádio da Universidade diariamente e costumava vir aqui nos pedir para gravarmos fitas-cassete com músicas interpretadas pelo Pavarotti”.

Reconhecimento e autonomia – A atual diretora da Rádio, Cláudia Heinzemann, lembra seu primeiro contato com a emissora, no ensino médio: “Particpei de uma gincana em que era preciso localizar uma gravação da chegada do homem à lua. Alguém falou que poderíamos encontrar material na Rádio da Universidade, da qual eu nunca tinha ouvido falar. Vim aqui e me emprestaram um disco! Mais tarde, cursei Jornalismo na Unisinos e fui aluna do Carlos Urbim. Foi aí que me encantei”, reflete. Depois de concluída a graduação, essa memória acabaria conduzindo-a a uma possibilidade profissional.

A aproximação começou quando Cláudia ingressa na UFRGS em 1984, atuando na investigação de periódicos ao lado da pesquisadora Sandra Pesavento. Passados quatro anos, fica sabendo que seu ex-professor estava assumindo como diretor da emissora e que havia uma vaga para jornalista. “Fui correndo e me apaixonei pela ideia de trabalhar com cultura, ter reconhecimento no meio cultural e não ter censura. Estou aqui desde 1988 e jamais sofri qualquer restrição”, celebra.

Dentre as reportagens que realizou, recorda com carinho das coberturas dos festivais de cinema de Gramado. “Fazíamos um pool para poder bancar as diárias, já que os colegas Hélio Nascimento e Fatimarlei Lunardelli também acompanhavam o evento. Eu produzia matérias para a nossa rádio, para a Rádio da Universidade da FURG e para um jornal de Brasília. Todos os dias tínhamos de enviar as fitas-cassete para Porto Alegre usando um carro do festival para que um colega realizasse a montagem e a edição dos boletins e entrevistas”, descreve. Cláudia também lembra

com entusiasmo das coberturas que realizou do Porto Alegre em Cena e da Feira do Livro, assim como das entrevistas especiais que fez com Gerald Thomas, João Gilberto Noll e Sebastião Salgado.

FM estendido – André Prytoluk, diretor do Centro de Teledifusão Educativa, órgão que congrega a Rádio e a UFRGS TV, fala da migração do AM para o FM, uma possibilidade oferecida pelo Ministério das Comunicações: “A UFRGS já ingressou com os formulários necessários à mudança. A expectativa é que, a partir da extinção dos canais de TV analógicos, prevista para janeiro de 2018, irá se abrir mais espaço no espectro do FM”.

Ele acrescenta que a alteração ocorre no momento da entrada em vigor de uma norma que obriga os fabricantes de aparelhos de rádio do Brasil a oferecerem o FM estendido. Essa faixa vai de 76 MHz até 87 MHz e hoje não é utilizada pelas emissoras de rádio brasileiras por estar destinada à TV analógica. “Uma nova antena será instalada em Eldorado do Sul, junto à antena do AM, mas teremos um período de cinco anos em que poderemos operar em ambas as faixas. Nossa intenção é tentar permanecer com as duas frequências, pois o AM tem a possibilidade de uma transmissão por distâncias maiores, enquanto o FM possui uma característica de som de melhor qualidade”, justifica.

O dirigente ressalta o crescimento da audiência pela internet, apontando o fluxo constante de manifestações de ex-alunos da UFRGS que mantêm algum tipo de vínculo com o estado e com a sua universidade através da Rádio. “Temos ouvintes que mandam mensagens em outros idiomas, elogiando a nossa programação. Isso porque só outras três emissoras no país trabalham com o gênero erudito, executando as obras na íntegra, e essa característica cativa o público. Atualmente, temos uma audiência diária de 55 mil ouvintes via web”, comemora.

Hoje em dia, Sérgio Stosch ouve a Rádio em seu automóvel, pois reside no litoral norte, aonde o sinal chega muito fraco. “Quando eu uso a internet, não é para ouvir rádio, mas para assistir a vídeos no YouTube, porque gosto de música.” Ele afirma sentir-se em casa, sintonizando a Rádio da Universidade, pois tem com ela uma ligação afetiva e familiar. “Sempre lembro as palavras do professor Goetze na transmissão inaugural da emissora, em 1954, ainda em ondas curtas: ‘Esta rádio haverá de divulgar uma expressão artística que não é expressa pelas outras emissoras’. Pode parecer empáfia, mas é algo que o Brasil precisa”, conclui.

Confira a programação de aniversário pela página da UFRGS ou através do site www.ufrgs.br/radio/



O fim da estabilidade ou do Estado Mínimo?

Cláudio Mazzilli*

“[...] grande Pátria desimportante nem mesmo por um instante eu vou te trair [...]”

Cazuza

Partindo do paradigma weberiano, constatamos que a sociedade brasileira não pode ser vista como uma sociedade burocrática. Vivemos em um corpo social carismático, típico de um país de Terceiro Mundo subdesenvolvido e com alarmantes indicadores sociais alusivos à educação e à saúde. A fragilidade e a debilidade das instituições sócio-político-econômicas, orquestradas pela desarmonia dos três poderes, se refletem no *locus* social beligerante, em que a existência de uma classe de analfabetos estruturais, que vive em condições miseráveis e sub-humanas, inserida em um Estado Mínimo inoperante, conduzem a um perigoso clima de guerra civil latente.

Dessa maneira, convivemos em uma sociedade classista e hierarquizada em função do acesso ao capital, na qual se instaura a lógica da discriminação e não a desejada inclusão social. As leis, mesmo quando aplicadas, são questionadas e deturpadas. Exceções em relação à aplicação de penas referentes às infrações previstas em nossa Magna Carta são geradas, provocando discussões e recursos jurídicos que retardam as tentativas de justiça social. A Constituição foi rasgada e impera a negação dos direitos humanos manifestamente pela elaboração dos discutíveis projetos de leis complementares, visando à perpetuação tanto de uma falsa ideologia em prol da inclusão social como do falso paternalismo do Estado. Um país subdesenvolvido, que, mesmo disputando com nações socialistas e monarquias seculares, no quesito das maiores cargas tributárias mundiais, não cumpre as suas obrigações como Estado Mínimo,

mas onera extorsivamente os cidadãos para que não tenham direito a nada, além da descartabilidade e marginalização, após sua capacidade produtiva ser explorada ultrapassando os limites éticos.

O capital é confiscado e o país vergonhosamente perde a ética social e a noção, ainda que precária, de cidadania. Entretanto, se quisermos considerar o Estado brasileiro como sendo uma sociedade burocrática, devemos assumir como pressuposto máximo nas organizações a extrema racionalização de rotinas de trabalho, executadas por funcionários especializados com a máxima eficácia possível. O controle burocrático impõe sua disciplina coercitiva na correção de todo desvio em relação à obtenção da eficácia.

Na realidade, o comportamento humano além de ser erroneamente tido como exclusivamente racional e previsível, desconsidera a existência da subjetividade e dos jogos de poder, visando à manutenção do *status quo* em organizações estáveis e livres das influências e reivindicações do meio ambiente. As organizações burocráticas se tornam entidades alienadas que se autodeterioram por meio de sucessivos processos de conflito com a realidade social, que inutilizam a produtividade de seus funcionários.

Ao excessivo contingente de servidores públicos é atribuída a causa da calamidade financeira do Estado. Esses servidores foram chamados de “barnabés” e “pobres diabos” na década de 30. Paradoxalmente, a alcunha de “marajás”, originada na campanha presidencial de Collor pelo fim dos privilégios dos altos salários e benefícios decorrentes dessa posição, se mantém em virtude da desmoralização e culpabilização imposta pelo próprio Estado. O governo Temer com a implementação de medidas ultraneoliberais, parte para o desmonte

do Estado e a instauração de uma nova desordem social com a inexistência de um Estado Mínimo. No momento de ingresso no serviço público, o funcionário tinha como garantia a aposentadoria integral e a paridade em relação aos seus pares ainda em atividade produtiva. Esses direitos são vistos como retribuição pela dedicação exclusiva ao Estado.

“Esses direitos são vistos como retribuição pela dedicação exclusiva ao Estado”

Cláudio Mazzilli

Entretanto, a partir de fevereiro de 2013, o valor máximo da aposentadoria desses servidores fica limitado ao teto estabelecido pela Previdência Social, sendo complementado pelos fundos de aposentadoria. É o primeiro grande ataque à dedicação exclusiva e um desrespeito à caracterização do regime jurídico, no qual a estabilidade e a digna retribuição salarial no momento da aposentadoria impõem uma conduta ética e contrária a qualquer tentativa de corrupção.

O segundo ataque vem com a PEC 55, que congela os investimentos públicos e estipula as retenções salariais tanto em relação aos aumentos anuais como à diminuição do contingente do Estado, através de Planos de Demissões Voluntárias (PDV) e de exonerações baseadas na falta de desempenho. É criada uma gestão baseada no medo da demissão como estratégia de dominação da permanência da

falsa ideologia de enxugamento do Estado para a manutenção da eficácia e redução do déficit público. Os PDVs baseiam-se tanto na redução de níveis hierárquicos e consequentes demissões (em torno de 30% do efetivo de pessoal) como na feitura da multifuncionalidade, ausência de incentivos salariais individuais e crescente terceirização. Tais medidas levam a organização a reduzir custos sociais. Mas, devido à alta rotatividade, visto que a mão de obra se torna barata, abundante e descartável, a descontinuidade administrativa compromete a eficácia e o estabelecimento da vantagem competitiva em um mercado altamente concorrencial.

Se os PDVs não oferecem indenização adequada, tampouco a reinserção em um mercado de trabalho precário e recessivo, a avaliação prevista não considera as disfunções do próprio Estado relativas à falta de especialização dos superiores hierárquicos e ao excessivo número de cargos de confiança. A manutenção de uma ideologia não questionada conduz à paralisação e ao conformismo em relação à atualização dos objetivos organizacionais e ao uso de diferentes formas de assédio moral.

O processo de avaliação do servidor público deve ser feito de forma integrada e democrática, não excluindo a autoavaliação do Estado. Se for realizado de modo parcial, apenas baseado no parecer de três funcionários será inócuo e injusto. Esse procedimento, aliado às reformas trabalhistas vigentes e a uma possível reforma previdenciária, irá descartar os funcionários, que se submeteram a um concurso público e mostraram sua especialização para o cargo, sem quaisquer direitos e indenização, contrariando os pressupostos constitucionais e aumentando a exclusão social.

Da mesma forma, o Estado não pode se eximir de ser avaliado tanto em relação aos seus poderes ditos harmônicos e independentes, como em relação ao seu sistema eleitoral, que atribui responsabilidades aos representantes da sociedade brasileira que não possuem condições mínimas profissionais e éticas para se manterem vitaliciamente em seus cargos, recompensados com múltiplas e polpudas aposentadorias pagas com o erário. A unificação da avaliação deve extinguir a ideologia e os privilégios em prol da reformulação dos mecanismos de controle da produtividade individual.

Insisto na não descartabilidade do indivíduo e no reconhecimento dos seus direitos sociais, visto a sua contribuição por meio da sua força laboral para a prosperidade da nação. O Estado Mínimo, hoje inexistente, deve se responsabilizar pelo pagamento de aposentadorias dignas e condizentes com as contribuições previdenciárias pagas pelos funcionários e estipular o tempo de permanência máxima em cargos públicos eletivos, impedindo a construção de feudos, que não questionam o Estado e seu papel no desenvolvimento da consciência social pelo livre e democrático exercício da cidadania.

*Professor do Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração da UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Servidores públicos municipais em greve participam de manifestação contra medidas anunciadas pela Prefeitura da capital



Pedagogia política de esquerda

Democracia
Sociólogo
Boaventura de Sousa Santos
analisa a “solução portuguesa” para garantir os direitos das classes médias e populares

Jacira Cabral da Silveira
 Everton Cardoso

Na contramão das políticas de austeridade impostas a Portugal (FMI, União Europeia e Banco Central Europeu), a coligação dos partidos de esquerda tem governado o país com resultados positivos como a queda do desemprego e o crescimento da economia.

Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, essa unidade tem acarretado importantes avanços no âmbito político. “Eles [Partido Socialista, Partido Comunista e Bloco de Esquerda] têm aprendido que estamos a entrar numa fase pré-fascista, caracterizada pelo sequestro da democracia por forças antidemocráticas. Em tal fase, a união das esquerdas é uma condição crucial para a sobrevivência da própria democracia,” analisa. No dia 8 de novembro, Boaventura será homenageado com o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS em cerimônia no Salão de Atos, às 10h. Em entrevista ao JU, ele fala da “solução portuguesa” e reflete sobre os perigos à democracia em países como o Brasil.

O que favoreceu à articulação entre os partidos de esquerda em Portugal que resultaram na subida ao poder?

Os portugueses viveram nos quatro anos anteriores (2011-2015) um pesadelo conservador. Um governo de direita ultra-neoliberal tentou destruir as conquistas sociais obtidas depois da Revolução de 25 de abril de 1974, que pôs termo a 48 anos de ditadura. Direitos dos trabalhadores foram atacados, salários e pensões foram cortados, fizeram privatizações, a começar pelo Serviço Nacional de Saúde. O povo empobreceu, enquanto o número de bilionários não cessou de aumentar. Sob o pretexto de imposições externas da União Europeia e do FMI – imposições reais, mas que podiam ser executadas com prudência –, puseram em prática o programa de governo de direita, ainda mais austeritário que o imposto pela tutela



FLAVIO DUTRA/JU/ARQUIVO 08/09/2014

externa, um programa que, se submetido a eleições, nunca seria aprovado. Ao fim desse período, os portugueses votaram majoritariamente em partidos de esquerda. Mas enquanto esses partidos foram às eleições, como sempre, divididos, a direita estava unida e os portugueses correram o risco de sofrer mais quatro anos de receitas neoliberais. Foi então que os partidos de esquerda, Partido Socialista, Partido Comunista e Bloco de Esquerda (que reuniam a maioria dos votos) decidiram entrar em negociações com vista a unirem-se numa proposta de governo sob a liderança do PS. Foi um golpe de asa, uma inovação política de grande significado. Decidiram despolarizar suas divisões, distinguir bem entre o que os unia e o que os separava. O que os unia era sobretudo o objetivo de travar a direita, parar a política austeritária que destruía o país e iniciar um programa mínimo de reconstrução do nível de vida das classes populares e médias. Puseram entre parênteses tudo o que os dividia, diferenças que continuaram a manter, e acordaram um programa de governo. Propuseram-se a cumpri-lo e assumir sua quota-parte de responsabilidade no êxito do governo. O programa tem sido cumprido e, para espanto de muitos, tem mostrado que as receitas austeritárias do neoliberalismo são a maior mentira política da atualidade e também a mais perigosa. Com medidas contrárias às receitas neoliberais, o país baixou a um nível histórico a taxa de desemprego, a economia cresce mais que a média europeia, os funcionários públicos e os pensionistas aos poucos recuperam seus

rendimentos e há um ambiente de paz e de algum otimismo na sociedade. As medidas são moderadas, nada radicais, cumprem as diretivas europeias, mas foram suficientes para devolver a esperança aos portugueses.

O que os partidos de esquerda têm aprendido com a nova cena política portuguesa?

Eles têm aprendido que algumas das suas divergências ideológicas são produto do passado e não têm futuro. Têm aprendido que já não há lugar para o dogmatismo e para o sectarismo e que as diferenças ideológicas não são um obstáculo a articulações pragmáticas que travem o caminho da direita e avancem na direção da justiça social. É esta autoaprendizagem, depois do trauma reacionário porque os portugueses passaram, que eu chamo de pedagogia política de esquerda. Consiste em viver a pluralidade e as diferenças de modo despolarizado, em distinguir em cada momento o que une e o que divide e avaliar as possibilidades de união em volta de tudo o que une.

Os partidos de direita resistiram? Ficaram atordoados pela capacidade de inovação política que a esquerda manifestou e têm vindo a tentar reconstruir-se de uma maneira menos radical e com uma política mais centrada. O líder do partido de direita mais importante, que chefiou o governo austeritário (PSD), acaba de se demitir da liderança do partido.

Acredita que essa aproximação pode sinalizar para outros países que a via da esquerda contemporânea é a da unidade na luta pela

superação do modelo neoliberal? Sem dúvida. Tenho colaborado com os companheiros espanhóis no sentido de se fornarem possíveis alianças pragmáticas entre o Podemos-Esquerda Unida e Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) que permitam derrotar o governo conservador e corrupto de Mariano Rajoy. A questão da Catalunha acabou por complicar as coisas momentaneamente. Eu esperaria que no Brasil surgisse uma disponibilidade semelhante para articulação entre diferentes partidos de esquerda, nomeadamente entre o PT e o PSOL. E, no caso do Brasil, incluíse uma articulação entre esses partidos e as frentes de movimentos sociais sem que ninguém perca a sua identidade. O importante é derrotar este governo ilegítimo que está a levar a cabo uma política radical de empobrecimento das classes populares e de venda ao desbarato das riquezas nacionais. Uma política que, sem dispensar o papel crucial das elites nacionais, muitas delas oligárquicas e racistas, é orquestrada a partir de Washington.

Em teu livro A difícil democracia, lançado no Brasil em outubro do ano passado, falas do papel da esquerda no enfrentamento do processo global de desorganização do Estado democrático. Como a experiência portuguesa pode contribuir nesse embate?

Mostra que o Estado é hoje contraditório, que tanto pode ser um aliado como um inimigo. A sua matriz é antipopular, capitalista e monocultural, mas pode ser pressionado pelas forças políticas de esquerda no sentido de funcionar contra a corrente.

O que significa que a esquerda, quando governa, tem sempre de o fazer com alguma reserva e auto-vigilância para não se acomodar demasiado à voragem do mando. Tem de ter sempre presente que, ao contrário da direita, controlar o governo não significa controlar o poder econômico, social e político e muito menos o poder midiático.

O que levou o Brasil à situação em que discursos conservadores ganham espaço na arena pública e repercussão no cenário político?

A esquerda no governo esqueceu do que acabei de dizer. Passou pela ilusão que a direita e as classes dominantes aceitariam ser governadas pela esquerda. Por isso, não fez uma reforma política, não alterou o modelo de “maldesenvolvimento” assente no extrativismo, na destruição da natureza e na expulsão de camponeses, indígenas e quilombolas dos seus territórios. Incluiu parcialmente as classes populares por via do consumo e não por via da cidadania. Foi complacente com as grandes mídias que adulam o governo quando lhes convém, mas nunca se esqueceram dos interesses dos seus verdadeiros donos. Sobretudo esqueceu-se de que o imperialismo norte-americano estava de volta ao continente depois do desastre do Médio Oriente disposto a neutralizar políticas nacionalistas contrárias aos interesses das multinacionais e a movimentos autonomistas no plano internacional como, por exemplo, os BRICS. Esqueceu-se que a rua e os protestos nunca foram um monopólio das esquerdas.



Universidade na Feira

Livros Editora da UFRGS promove sessões de autógrafos, lançando 18 novos títulos

De 1.º a 19 de novembro, a Editora da UFRGS participará de mais uma edição da Feira do Livro de Porto Alegre. Neste ano serão cerca de 450 publicações de diversas áreas do conhecimento disponíveis ao público na banca 38 (Av. Sepúlveda). Entre essas, 18 títulos novos serão lançados durante sessões de autógrafos e painéis:



CADINHO ANDRADE/ARQUIVO SECOM/09/11/2015

	<p>Processos sociais rurais: múltiplos olhares sobre desenvolvimento Roberto Verdum, Fábio de Lima Beck, Marta Júlia Marques Lopes e Tatiana Engel Gerhardt (organizadores) 04/11 - 15h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>		<p>Sociedade, conhecimentos e colonialidade: olhares sobre a América Latina Maira Baumgarten (organizadora) 04/11 - 16h30 Praça de autógrafos R\$ 29,90</p>		<p>Operacionalização da atividade discente na EaD Wendy Beatriz Carraro e Ariel Behr 05/11 - 14h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>
	<p>Introdução à gestão de organizações Glauco Schultz 05/11 - 14h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>		<p>Simões Lopes Neto para o mundo: tradução de Contos Gauchescos para dez línguas Luís Augusto Fischer, Rosalia Neumann Garcia e Karina de Castilhos Lucena (orgs.) 06/11 - 17h30 Praça de autógrafos R\$ 31,90</p>		<p>Ética e pesquisa em educação: questões e proposições às Ciências Humanas e Sociais Luís Henrique dos Santos e Lodenir Karnopp (orgs.) 09/11 - 17h30 Praça de autógrafos R\$ 31</p>
	<p>De carcaças e máquinas de quatro estômagos: controvérsias sobre o consumo e a produção de carne Cateano Sordi 10/11 - 16h30 Praça de autógrafos R\$ 27,90</p>		<p>Bom Jardim dos Santos: plantas, religiosidades populares e seus fluxos em Guarani das Missões (RS) Juliano Florczak Almeida 10/11 - 16h30 Praça de autógrafos R\$ 27,90</p>		<p>Economia criativa, cultura e políticas públicas Leandro Valiati e Gustavo Moller (orgs.) 10/11 - 16h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>
	<p>Psicopedagogia e TICs Luciane Magalhães Corte Real e Tania Beatriz Iwasko Marques (orgs.) 11/11 - 15h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>		<p>Ciência, medicina e perícia nas tecnologias de governo Claudia Fonseca, Glaucia Maricato, Larissa Costa Duarte e Lucas Riboli Besen (orgs.) 11/11 - 19h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>		<p>Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista Rita Terezinha Schmidt 12/11 - 15h30 Praça de autógrafos R\$ 32</p>
	<p>Comportamento e instituições políticas Luís Gustavo Mello Grohmann (org.) 12/11 - 17h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>		<p>Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à Habitat III Vanessa Marx e Marco Aurélio Costa (orgs.) 13/11 - 17h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>		<p>Dicionário Crítico: política de assistência social no Brasil Rosa M. Castilhos Fernandes e Aline Hellmann (orgs.) 13/11 - 18h30 Praça de autógrafos Gratuito</p>
	<p>Alfredo Nicolaiewksy e a ira de Deus: suas prequelas e sequelas Alfredo Nicolaiewksy Sessão de autógrafos: 14/11, 18h30, na Praça de autógrafos Painel: 14/11, 16h30, na Sala Oeste do Santander Cultural R\$ 96</p>		<p>História oral e práticas educacionais Carla Rodeghero, Lúcia Grinberg e Méri Frotscher (orgs.) Sessão de autógrafos: 17/11, 19h30, na Praça de autógrafos Painel: 17/11, 18h30, na Sala Leste do Santander Cultural Gratuito</p>		<p>NósOutros Gaúchos: as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar Jaime Betts e Sinara Robin (orgs.) Sessão de autógrafos: 18/11, 18h30, na Praça de autógrafos Painel: 18/11, 17h, na Sala Leste do Santander Cultural Gratuito</p>



Escrito por mulher

FLAVIO DUTRA/JU



A escritora Lélia Almeida apresenta seus textos durante sarau literário realizado em um café de Porto Alegre

Perturbadoras Autoras de diferentes nacionalidades quebram tabus com seus textos literários

Samantha Klein

“Writing well is the best revenge” (Escrever bem é a melhor vingança), frase atribuída à escritora e jornalista Dorothy Parker, traduz o temperamento de uma das mais irônicas cronistas dos Estados Unidos na primeira metade do século XX. O comentário tem um cunho mais de autoafirmação que de feminismo. Arriscamos dizer (nós, uma legião de fãs no mundo inteiro) que esse aforismo pode servir para Elena Ferrante, fenômeno editorial por trás de um pseudônimo. Mesmo com volumes de 350 páginas, a leitura sobre temas perturbadores é fluida. O tempo voa com um exemplar de *A amiga genial* da autora italiana em mãos. Se antes as mulheres escondiam-se atrás de nomes fictícios para publicar, hoje em dia existe um nome feminino assinando esses best-sellers. Porém, outras escritoras sem reconhecimento merecem ser lidas.

Recentemente foi promovido um curso sobre *Escrita feminina*, durante o Festival de Inverno de Porto Alegre, reunindo diversas professoras e pesquisadoras, justamente para pensar a respei-

to do tema. Por isso, aos leitores até pode ressurgir a dúvida sobre a existência de uma escrita feita por mulheres. Debate recorrente, em especial, entre os franceses nos anos 70, ficou de lado. Porém, movimentos feministas e hashtags como #readwomen, promovido pela escritora Joanna Walsh em 2014, trouxeram novamente à tona a importância do reconhecimento da autoria feminina.

Leituras e filosofia – No Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFRGS, um grupo de doutorandas organizou o curso de extensão *Mulheres escritoras: leituras filosóficas*, que segue até o final do ano, e pretende incentivar a leitura da literatura feita por mulheres. Além disso, a atividade tem a proposta de pensar as questões filosóficas existentes por trás de textos como *A filha perdida*, de Elena Ferrante, *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf ou *A redoma de vidro*, de Sylvia Plath.

“Procuramos livros em que as escritoras e os personagens saem do papel que é esperado que as mulheres ocupem, e Elena Ferrante faz isso na maioria de seus textos”, conta a doutoranda Thaiany Wagner. Nesse romance, a autora questiona bastiões intocáveis como a maternidade e as consequências que a família pode assumir na vida de gerações de mulheres.

De acordo com a doutoranda Marloren Miranda, os textos foram selecionados para motivar o prazer da leitura e do debate acerca de diversos aspectos filosóficos que permeiam a vida em sociedade. “Entre as questões

que debateremos estão a discussão sobre o que é ser mulher na atualidade e no passado, qual é o trabalho dela e como a tradição de escrita masculina construiu isso. Só muito recentemente as mulheres passaram a aparecer na literatura sob o ponto de vista feminino”, ressalta.

A escritora Lélia Almeida, autora de *O amante alemão*, destaca que grandes personagens femininas foram criadas por homens, mas, na maioria dos casos, a transgressão dessas mulheres foi punida no final das histórias. “Quando os homens criam personagens como Antígona, Anna Karenina, Emma Bovary, elas são fortíssimas e transgressoras, mas são invariavelmente punidas no final com suicídio, doença, morte ou loucura. Uma das características da literatura de mulher é que ‘eles’ quase não aparecem. Será que elas não sabem colocá-los como centrais? Duvido. Acredito que o interesse maior está na reflexão com seus pares femininos como mães, irmãs, amigas, tias”, interpreta a escritora.

Espaço de mulher – Uma das autoridades em crítica literária no Brasil, a professora aposentada do Instituto de Letras da UFRGS Rita Schmidt, destaca a importância em trazer o foco para o sujeito protagonista na literatura. “É ultrapassada a discussão sobre uma escrita feminina. O que existe é a visibilidade do que é escrito por mulheres. Durante décadas (e séculos), elas escreveram e tiveram suas obras desvalorizadas. A crítica pairava sobre o desvio das mulheres às suas funções domésticas.

Portanto, relevante é verificar a mulher como sujeito forte nos textos. Conforme o resgate que fiz com outras pesquisadoras, percebemos inúmeras autoras que foram pioneiras em falar sobre temas considerados tabus em sua época”, revela.

Resgate necessário – Com base em sua longa pesquisa sobre autoras do século XIX, Rita aponta algumas dessas precursoras: “Entre as escritoras mais relevantes desse período estão Maria Firmina dos Reis, que escreveu o romance *Úrsula*, em 1859, uma narrativa abolicionista. Nesse livro a autora concede voz aos personagens que fazem relatos da travessia do Atlântico, narrando sobre os navios negreiros. E para esses assuntos não há precedente na literatura brasileira daquele século. Ela escreveu antes de surgir *Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, que traz uma personagem totalmente embranquecida, pois só assim ela seria a heroína para casar com um homem branco”, explica.

Na mesma linha de quebra de paradigmas, *Celeste* (1983), da gaúcha Maria Benedita Bormann, é um marco na denúncia da violência doméstica. “Ela inicia o livro narrando uma cena de espancamento no quarto do casal. De certa forma, denuncia o que provavelmente ocorria com ela mesma e outras mulheres. Mas sem voz, como elas poderiam falar das agressões praticadas dentro de casa?”

É histórica a dívida da crítica com as mulheres. Por décadas, as escritoras tiveram pouco ou nenhum espaço para publicação e não receberam a devida análise

de seus textos. Nessa linha de resgate, ganham destaque autoras como Carolina Maria de Jesus. Favelada, pobre e negra, escreveu num tempo em que as mulheres não podiam ser protagonistas como os cânones masculinos.

Leitura obrigatória para o próximo vestibular da UFRGS, *Quarto de despejo* traz a visão do momento em que os pobres foram enxotados do centro das cidades para as favelas. Com alguns erros de português, felizmente mantidos na publicação, várias denúncias surgem como o retrato de um Brasil não tão do passado assim. “Quando eu era menina, o meu sonho era ser homem, para defender o Brasil, porque eu lia a História (sic) do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia nomes masculinos como defensor da Pátria (sic).”

A professora de Literatura da UFRGS Marcia Ivana de Lima e Silva diz que a mineira produz a desestruturação da linguagem, não apresentando cuidado com regras gramaticais consolidadas. A docente aponta ainda a preocupação de Carolina com o relato de uma fatia da sociedade esquecida. “Mesmo sem dominar a gramática, escreve um texto cheio de imagens poéticas. Se formos comparar com *O cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, o negro pobre é objeto da narrativa. Com Carolina, negras e pobres ganham voz. Ela fala de dentro daquele contexto como mulher em primeira pessoa.”

Vestibulandos ou não, a leitura de Carolina contribui para a desmistificação acadêmica em torno de quem tem capacidade para a escrita. Ela é mais uma mulher a quebrar tabus.



DESTAQUE

Negritude em festa

Diversidade Calendário temático da Faculdade de Educação da UFRGS aborda questões relacionadas ao povo negro

Com o objetivo de contribuir para a construção de uma universidade mais democrática, intercultural e capaz de ouvir e aprender com suas diferentes vozes, a Faculdade de Educação (Faced) sediará o Novembro Negro. Colaboram com o evento o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB), o Coletivo Negro - Uniafro, o Kilombo Morada da Paz, o Instituto de Psicologia, a Escola de Enfermagem e os departamentos de Saúde Coletiva e de Música.

A programação prevê exposição de literaturas afro-brasileiras, debate com a escritora e poetista Conceição Evaristo, conversações afirmativas, feira de cultura afro, desfile de moda, curso sobre formação de territórios negros e show com Sara Nina.

O Novembro Negro faz parte do calendário temático planejado pela direção da Faced com o apoio do Núcleo de Comunicação da Faculdade. “Marcamos algumas datas que consideramos significativas. Queríamos, por meio deste projeto, romper com a chamada história oficial e trazer datas que resgatassem e dessem visibilidade a determinados temas e fatos que, historicamente, foram esquecidos e que não tiveram o devido espaço”, explica a vice-diretora da Faced, Magali Mendes. Com essa proposta, os organizadores

buscam promover o diálogo na comunidade acadêmica, bem como a troca de aprendizagens. “Precisamos avançar nesse caminho, no sentido de não apenas ‘tolerar’ o outro, mas fundamentalmente, aprender com ele”, ressalta Magali.

O calendário temático teve início em março, com a *História de mulheres e mulheres na história*; em abril, discutiu-se *A luta dos povos indígenas*; em maio, *O trabalhador e a trabalhadora*; em junho, *A resistência à LGBTTFobia*; em julho, *A Luta dos estudantes*; em agosto, *Políticas afirmativas*; em setembro, *Azul, orgulho surdo*; e, no mês seguinte, *Outubro vermelho, 100 anos da Revolução Russa*.

Conforme a vice-diretora, “marcar novembro como o mês do povo negro é fazer justiça a uma parcela significativa da população. Queremos que saberes, arte e espiritualidade carregados pela ancestralidade negra contagem a Universidade. Não pretendemos, ao mesmo tempo, que somente neste mês prestemos atenção às questões concernentes aos povos negros. Mas temos a certeza que assinalar essas questões significa abrir um espaço necessário a este debate e vivência”.

A programação completa, bem como outras informações podem ser encontradas em www.ufrgs.br/faced/novembro-negro.



TEATRO

CONTRATANTES

Quatro candidatos concorrem à vaga em uma multinacional. A seleção é baseada em um método de confinamento dos concorrentes, que a qualquer custo tentam provar suas capacidades para alcançar tão almejado posto. Apresentações: 1º, 8, 22 e 29 de novembro, 12h30 e 19h30 Local: Sala Alziro Azevedo Classificação: 14 anos Entrada franca com retirada de senhas uma hora antes do início da sessão

MOSTRA DE TEATRO DO DAD 2017

Evento anual com apresentações dos trabalhos finais de graduação dos alunos do Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes.

HISTÓRIAS DO CERRO DO JARAU

Dois atores contam histórias sobre o sacristão e a fada moura transformada em Teiniaguá. História, adaptada por Simões Lopes Neto, conta a lenda gaúcha Salamanca do Jarau.

Apresentações: 9, 10 e 11 de novembro, 12h30 Local: Sala Qorpo Santo Classificação: 10 anos



TEATRO POP/ REMONTAGEM

Tece cenas com os fios difusos da memória, reinventando realidades a partir da imaginação. Apresentações: 15, 16 e 17 de novembro, 20h Local: Sala Qorpo Santo Classificação: 16 anos



2 FUDID*S

Com base na obra *Dois perdidos numa noite suja*, do dramaturgo Plínio Marcos, a peça questiona e investiga a construção da identidade e seus anseios de afirmação a partir do outro.

Apresentações: 23, 24 e 25 de novembro, 20h Local: Sala Alziro Azevedo Classificação: 16 anos

CINEMA

IMAGENS EM MOVIMENTO

Exibição de filmes seguidos de debates com convidados sobre temas relacionados ao esporte.

MINAS DO FUTEBOL (Brasil, 2017, 50 min) de Yugo Hattori Data: 30 de novembro, 17h30 Local: Museu da UFRGS Debatedora: Lu Castro (jornalista)

CINEDEBATE

Reflexão e debate sobre temas em Direitos Humanos.

HORIZONTE PERDIDO (EUA, 1937, 132 min) de Frank Capra Sessão: 8 de novembro, 19h Local: Sala Redenção

BRASILEIROS CONTEMPORÂNEOS

Mostra organizada pela Sala Redenção em parceria com o SESC/RS. Entrada franca.



O SILÊNCIO DO CÉU (Brasil/Chile, 2016, 102 min) de Marco Dutra Sessão: 6 de novembro, 16h



CINEMA NOVO (Brasil, 2016, 90 min) de Eryk Rocha Sessões: 6 de novembro, 19h; 7 de novembro, 16h



CAMPO GRANDE (Brasil, 2016, 108 min) de Sandra Kogut Sessões: 7 de novembro, 19h; 8 de novembro, 16h



AQUARIUS (Brasil, 2016, 146 min) de Kleber Mendonça Filho Sessão: 9 de novembro, 19h

O SIGNO DAS TETAS (Brasil, 2015, 68 min) de Frederico Machado Sessões: 9 e 10 de novembro, 16h



SINFONIA DA NECRÓPOLE (Brasil, 2016, 94 min) de Juliana Rojas Sessão: 10 de novembro, 19h

MÚSICA

RECITAIS

Apresentações de estudantes de graduação e pós-graduação em Música do Instituto de Artes com entrada franca.

NATÁLIA SANCHEZ MONTEALEGRE (PIANO) Data: 7 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 19h

MARIANA BRITO (PIANO) Data: 8 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 18h

LOUISE NUNES (PIANO) Data: 9 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 17h

PEDRO GABRIEL LIMA (PIANO) Data: 10 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 17h

OCTAVIO GRAJALES (VIOLÃO) Data: 16 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 19h

JONATHAN SPINELLI (VIOLÃO) Data: 17 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 19h

RENAN SIMÕES (VIOLÃO) Data: 22 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 19h

SABRINA SOUZA GOMES Data: 23 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 18h

JAIRO BATISTA (PIANO) Data: 28 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 17h30

SUEIRO JUNIOR (VIOLÃO) Data: 28 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 19h

ROSIANE LEMOS (PIANO) Data: 29 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 16h30

REBECCA SILVA RODRIGUES (PIANO) Data: 29 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 18h30

BRUNO DUARTE (VIOLÃO) Data: 30 de novembro Local e horário: Auditório Tasso Correa, 19h

SARAU NO IA

Projeto que abre espaço para apresentações de estudantes do curso de graduação em Música do Instituto de Artes com entrada franca.

ALUNOS DE MÚSICA Apresentações: 9 de novembro, 12h30; 13 de novembro, 17h30; 20 de novembro, 17h30; 27 de novembro, 12h30 Local: Auditório Tasso Correa

ESPECIAL

SEMINÁRIO: GRANDES MESTRES DOS MESTRES DA UFRGS

Painel sobre a trajetória profissional e intelectual de professores que contribuíram para o desenvolvimento das áreas da Enfermagem, Educação Física e Psicologia da UFRGS. Data: 16 de novembro Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 14h Entrada franca

EXPOSIÇÃO



SALTA D'ÁGUA: DIMENSÕES CRÍTICAS DA PAISAGEM

As representações e outras formas de abordagem da paisagem e de elementos da natureza. Visitação: até 24 de novembro, de segunda a sexta, das 10h às 18h Local: Pinacoteca Barão de Santo Ângelo Entrada franca

PAISAGEM DA MEMÓRIA: CIDADE E CORPOS EM MOVIMENTO

Mostra que apresenta o esporte como um fenômeno cultural de grande abrangência e ampla visibilidade. Visitação: até 29 de março de 2018, de segunda a sexta, das 9h às 20h e, aos sábados, das 9h às 13h Local: Museu da UFRGS

ONDE?

► Auditório Tasso Corrêa

Senhor dos Passos, 248 Fone: 3308-4320

► Museu da UFRGS

Oswaldo Aranha, 277 Fone: 3308-3390

► Pinacoteca Barão de Santo Ângelo

Senhor dos Passos, 248 Fone: 3308-4302

► Sala II do Salão de Atos

Paulo Gama, 110 Fone: 3308-3058

► Sala Alziro Azevedo

Senador Salgado Filho, 312 Fone: 3308-4374

► Sala Redenção

Luiz Englert, s/n.º Fone: 3308-3034

► Sala Qorpo Santo

Luiz Englert, s/n.º Fone: 3308-3080

Meu Lugar na UFRGS

Modelo de ação

As letras grandes na porta da sala 414 do prédio da Faculdade de Arquitetura distinguem-na das demais dispostas ao longo do corredor do quarto andar. Logo ao entrar, além da configuração esperada de um espaço de ensino, com classes enfileiradas, existem pufes, uma cafeteira sobre uma das mesas e armários. Assim é a sede do Escritório Modelo Albano Volkmer (Emav), projeto de extensão que iniciou suas ações em 2008 e é autogerido por alunos de vários cursos, com o intuito de transformar a realidade de comunidades que não possuem acesso ao profissional arquiteto-urbanista.

Aluna do 8.º semestre de Serviço Social, Fernanda Evelyn Ferreira destaca uma importante mudança estrutural do projeto que o tornou mais compatível com as transformações ocorridas na Universidade: “Implementamos um sistema de cotas para os bolsistas, e o lugar ganhou uma cara nova”.

Esse entrosamento que caracteriza o projeto é uma de suas principais qualidades. Denner Pereira de Souza, aluno do 3.º semestre de Arquitetura, fala sobre sua experiência de convívio com os demais bolsistas: “Os colegas foram bem receptivos. Pela estrutura horizontal de gestão, sempre pude trazer questões a serem discutidas. Me sinto bem à vontade aqui”.

No momento, os bolsistas do Escritório dividem-se em três frentes de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre. Um deles cuida da construção de um centro comunitário no bairro Guajuviras, em Canoas. Os demais, ajudam na construção de uma escadaria com acessibilidade no Beco das Pedras, no Morro da Cruz. As demandas surgem através de contato da população, normalmente via internet, e são discutidas semanalmente. Essas discussões também contribuem para que os estudantes desenvolvam crítica social e empatia para

com as comunidades, o que geralmente resulta em ações concretas junto às localidades.

Essa solidariedade também pode ser constatada na rotina da sala 414, já que não são raros os momentos em que outros alunos da faculdade vão chegando e se espalhando pelo local, além dos próprios bolsistas que encontram no espaço um “lugar de fuga” para poderem estudar ou relaxar. “É bem comum, durante nossas reuniões, outras pessoas ocuparem as mesas da sala para terminarem os trabalhos da faculdade em seus notebooks. Em dias de chuva, quando não podemos sair para as comunidades, acabamos ficando por aqui mesmo, passamos café, comemos pipoca. Não deixa de ser um centro de convivência”, descreve Fernanda.

Embora não falem demandas de trabalho, os bolsistas do Emav acreditam que uma eventual transferência de sede (que já está em tratativas) trará mais visibilidade ao projeto, além de solucionar problemas logísticos, como as limitações físicas e de horários pelo compartilhamento da sala. Sobre isso, Denner acrescenta: “Tendo uma sede própria no câmpus, podemos estreitar o relacionamento com a comunidade, até porque mais pessoas tomarão conhecimento do Emav. Ele também poderá ser mais interdisciplinar, pois acreditamos que o trabalho nos bairros não deve ser somente de arquitetura, mas de várias frentes, inclusive com voluntários de dentro e de fora da Universidade que estejam dispostos a ajudar”, projeta o estudante.

Flávio Bonfiglio,
estudante do 8.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Entre chimangos e maragatos



FLÁVIO DUTRA/JU

Jacira Cabral da Silveira

Numa cidade pequena como São Gabriel, na região da campanha central do estado, lá pela década de 20, não era de bom tom uma jovem fazer exposições equestres em plena praça central. Adi era uma ótima amazona e não escondia tal habilidade de seus conterrâneos, assim como não deixava de imprimir suas ideias vanguardistas à educação das sobrinhas que estavam aos seus cuidados. Possivelmente, essas tenham sido características que acabaram por conquistar Ary, bancário recém-transferido de Porto Alegre, que dividia com um primo juiz o aluguel de uma casa em frente a de Adi.

“Ela, de família federalista, maragato; ele de família republicana, chimango”, assim Luiz Dario Teixeira Ribeiro sintetiza a imagem que guarda dos pais, cujo confronto de ideias políticas gerou no filho o dom conciliador que, anos depois, o conduziria por diversas vezes à chefia do departamento e à coordenação da Comgrad do curso de História da UFRGS, onde é professor desde 1979. Ele recorda de um desses debates, quando o pai, importante sindicalista no interior do estado, expunha à sua esposa a importância de uma greve geral, “e eu ali, junto”, comenta satisfeito.

Por outro lado, havia dona Odorina, matriarca da família materna. Ao contrário da mãe, a avó de Dario era linha dura, carregava na cintura as chaves da despensa – comer um biscoito, somente com aprovação. Por essas e outras dificuldades de convívio, como alguns perrengues vividos na escola que fizeram seus pais branquearem mais cedo os cabelos, aos 16 anos Luiz Dario foi matriculado na Escola Agrotécnica Federal de Alegrete. Ainda adolescente, participou da primeira greve de estudantes após o golpe de 1964.

Três anos mais tarde, quando estava no Colégio Agrícola de Santa Maria, foi um dos organizadores da marcha contra o corte de subsídios para o transporte estudantil. “Nessa época me aproximei do grupo que discutia a formação do Partido Operário Comunista (POC), no qual fiz grandes amizades na militância: Luiz Carlos Coronel, Danilo V. Coelho, Luiz Carlos G. Moraes e a Margarete Moraes, que seguiu na política”, acrescenta.

Do Direito à História – É entre os estudos compenetrados dos colegas de Santa Maria para fazer vestibular que Dario resolve prestar exame para Direito. Contudo, não passou na prova eliminatória de francês. Com receio de ter que voltar para a casa dos pais em São Gabriel, optou por fazer novo vestibular, agora para História, na UFSM: “Vamos dizer que foi por oportunismo”. Só que, na verdade, não fora uma escolha tão casual, pois estudar História era uma das predileções de Luiz Dario e de seus amigos da casa de estudantes.

Dessa época, ele tem recordações “esquizofrênicas”, marcadas pelo medo que caracterizou os anos da ditadura no Brasil. “Conheci Luiz Eurico Lisboa, que havia se mudado de Porto Alegre para Santa Maria [e integrado a diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas]. Tempos depois, ele foi preso numa pensão em São Paulo.”

Tão logo se formou, em 1972, foi contratado para dar as disciplinas de História em um curso de Estudos Sociais, em São Gabriel. Na sequência, fez concurso para o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premem), foi aprovado e se transferiu para Porto Alegre em 1975. Assim que concluiu o curso de especialização em História do Rio Grande do Sul, em 1979, na UFRGS, foi selecio-

nado para o cargo de professor do Departamento de História da Universidade.

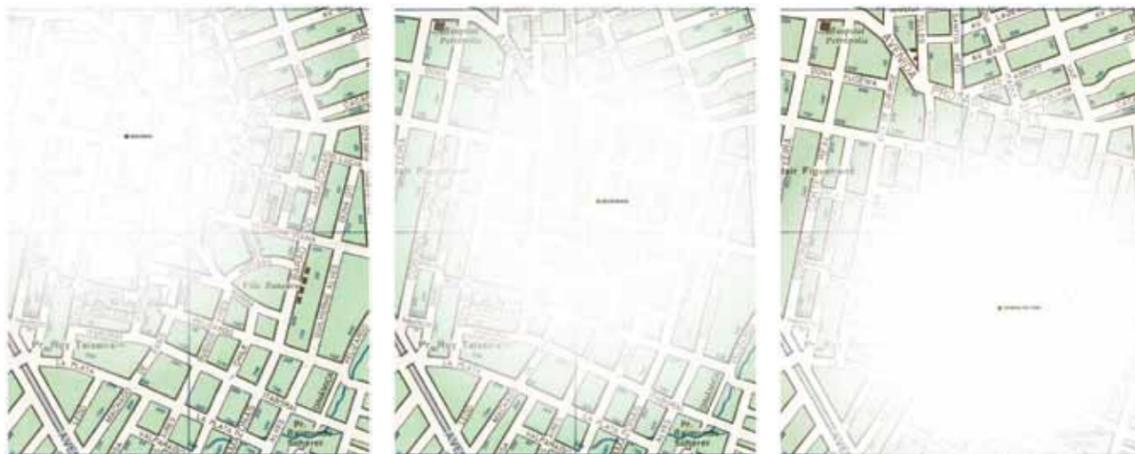
No final dos anos 1990, participou da criação e tornou-se professor do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint), primeiro centro voltado exclusivamente ao estudo e à pesquisa em Relações Internacionais no sul do país. Originalmente vinculado ao Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS, desde 2014, integra a Faculdade de Ciências Econômicas.

Estimado pelos alunos por seu jeito zombeteiro e avesso a hierarquias acadêmicas, Luiz Dario diz não haver diferença entre os estudantes de História e de Relações Internacionais, os dois cursos em que dá aula. “Só que os de História são mais debochados”, faz questão de frisar. Por essa unanimidade, quando foi defender sua tese de doutorado, em 2013, a sala ficou repleta. Havia gente sentada até mesmo no chão, devido à falta de espaço para acolher tantos fãs do professor, também reconhecido pelo hábito de fumar cachimbo. “É uma relação de confiança por um lado, e por outro, de ruptura de hierarquia”, reconhece. Ele também é muito estimado pelos servidores com quem convive nos diferentes setores da Universidade e faz questão de provocar, dizendo: “Eu sou 70 e vocês não!”, ri.

No dia 3 de outubro passado, completou 70 anos e diz que já está na hora de se aposentar. A esposa Marta, engenheira de profissão e habilidosa artesã, atualmente também dedica-se a ministrar aulas de patchwork e tem incentivado o marido a voltar a fazer macramê quando deixar de dar aula. Ele pensa seriamente na possibilidade, mas agora tem uma única certeza: vai se dedicar à leitura, hábito que o acompanha desde sempre.



Arte e crítica ambiental



Os sentidos mais agudos – políticos – que emergem da observação que os artistas visuais fazem sobre as relações do homem com a natureza servem de mote para a exposição *Salta d'água: dimensões críticas da paisagem*. A mostra, em cartaz até final de novembro na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do Instituto de Artes da UFRGS, é desdobramento de projetos de pesquisa em desenvolvimento na Universidade já há três anos, com a orientação do professor Eduardo Veras, do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais e do Bacharelado em História da Arte, e do acadêmico Diego Hasse, formando em História da Arte. Os dois assinam juntos a curadoria.

A exposição tem como ponto de partida a gravura que empresta título à mostra, uma água-forte de 1824, concebida por Maria Graham (1785–1842), viajante britânica que, no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado, foi preceptora da então jovem princesa Maria da Glória, filha de Dom Pedro I e Dona Leopoldina. Nessa imagem, gravada na Europa por Edward Finden a partir de um desenho original de Lady Graham, desponta em primeiro plano um registro inicial da devastação da Mata Atlântica: o toco de uma grande árvore que, imagina-se, havia sido imponente (a queda d'água do título aparece apenas ao fundo).

Segundo a proposta curatorial, de recorte assumidamente anacrônico, inspirado em proposição metodológica de Georges Didi-Huberman, essa gravura está na companhia de obras recentes, de artistas visuais contemporâneos: mapas de Hélio Ferverza que assinalam árvores frutíferas nas ruas do bairro Petrópolis; aquarelas de Ana Flávia Baldisserotto que mostram o mais ordinário e o mais infame do mundo vegetal (inços e outros capins rejeitados pela jardinagem); grafites de grandes dimensões em que Claudia Hamerski reproduz plantinhas quase imperceptíveis irrompendo em meio às frestas de concreto; a performance em que Jorge Menna Barreto prepara sucos a partir de plantas nada convencionais (matinhos recolhidos nas ruas da cidade).

A exposição conta também com fotografias de Mariana Silva da Silva e Maria Ivone dos Santos; paisagens de Emanuel Monteiro, Marcelo Chardosim e Lilian Maus, além do vídeo em que Lara Fuke estabelece similaridades entre pequenos movimentos da natureza e gestos corporais.

Salta d'água apresenta ainda desenhos e cadernos de anotações de velhos mestres do Instituto de Artes, atuantes entre os anos 1920 e 1940. São representações de paisagem e desenhos de observação da natureza assinados por Benito Castañeda (1885–1955), Luiz Maristany de Trias (1885–1964) e Francis Pelichek (1896–1937).

LINHA 1: HELIO FERVENZA, IMPRESSÃO (2005-16)

LINHA 2: MARISTANY DE TRIAS, GRAFITE (ANOS 1930-40) / LILIAN MAUS, AQUARELA (2017)

LINHA 3: ANA FLÁVIA BALDISEROTTO, AQUARELA E NANQUIM (2016-17)

LINHA 4: MARIA GRAHAM, GRAVURA EM METAL (1824) / CLAUDIA HAMERSKI, GRAFITE (2016-17)

LINHA 5: MARIANA SILVA DA SILVA, FOTOGRAFIA (2009)

Sistema S

benefícios e receitas

Inaugurado nos anos 1940, o Sistema S surgiu para suprir necessidades de uma sociedade que começava a se industrializar e precisava mão de obra especializada para ocupar as novas vagas de mercado. Nesse sentido, a ideia era transferir para a iniciativa privada a competência da oferta de serviços essenciais para um público que se urbanizava ao mesmo tempo em que a substituição das importações passou a ser uma política de Estado. Como não poderia deixar de ser, a realidade brasileira se transformou completamente nos últimos 70 anos. As entidades que compõem o sistema, ao invés de diminuírem seu papel na sociedade, aumentaram em número e ampliaram suas funções.

Ao longo das décadas seguintes, para atender a interesses de outros setores que pleiteavam recur-

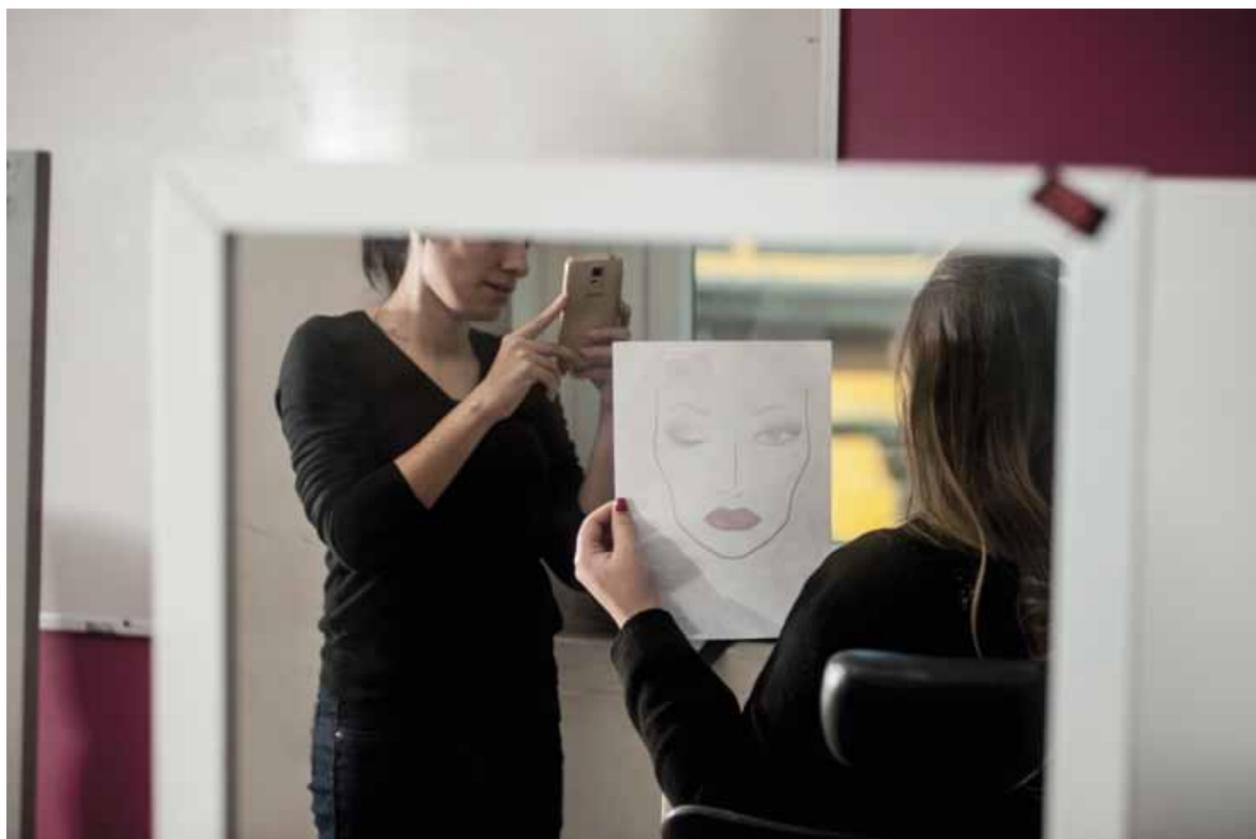
sos do sistema, o escopo da contribuição cresceu, e hoje o Sistema S contempla transportes (Sest e Senat), micro e pequenas empresas (Sebrae), setor rural (Senar), cooperativismo (Sescoop), exportação (Apex) e desenvolvimento (ABDI). A finalidade dessas duas últimas entidades é a promoção de política pública setorial de caráter nacional, em cooperação com o poder público, diferentemente dos entes clássicos, responsáveis pelo aperfeiçoamento de categorias profissionais.

O crescimento das ações das entidades tem relação com uma concepção de Estado institucionalizada, segundo a qual o setor privado tem maior competência para realizar determinadas atividades com melhor qualidade e gestão que o poder público.

Não sem críticas, evidentemente. Afinal de contas, o Sistema S teve um orçamento de R\$ 16 bilhões no ano passado, sem a inclusão da Apex e ABDI, que recebem recursos substancialmente menores. Os repasses para as “S” representam a metade do que foi destinado para a previsão orçamentária do Bolsa Família em 2017. Além disso, especialistas contestam o formato de prestação de contas das entidades. Porém, é inegável que o serviço das entidades é bem aceito pelos brasileiros.

Nessa reportagem conversamos com as representações das principais entidades no Rio Grande do Sul e especialistas no setor que se enquadra no âmbito do Direito Administrativo para tentar entender a relevância ou não dessas empresas nos dias de hoje.

O confuso limite entre o



Os serviços sociais autônomos ou Sistema S foram criados durante a Era Vargas. Surgiram em um momento em que o país precisava substituir a importação de bens de consumo e duráveis por uma produção própria. Ao trazer do campo os trabalhadores para a cidade, a enorme carência de serviços básicos em saúde e educação precisava ser vencida para que a indústria e o comércio crescessem. Nesse contexto, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) foi criado em 1942 e o Serviço Social da Indústria (Sesi) completou 71 anos neste ano. Em seguida, em 1946, foram instituídos o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Serviço Social do Comércio (Sesc), já durante o mandato do presidente Eurico Dutra (1946-1951).

O Sebrae, que dá apoio a micro e pequenas empresas, surge em 1972, e outros “S” como o Senar e o Sescop são concebidos nos anos 1990. Curiosamente, não houve decréscimo dos serviços sociais autônomos com a expansão do ensino público e privado, assim como a universalização da saúde com a Constituição de 1988. As entidades não têm fins lucrativos, mas gerenciam bilhões em recursos semipúblicos, além da arrecadação com seus próprios serviços não gratuitos. Esse dinheiro não faz parte do orçamento da União, mas precisa ser destinado para fins públicos. As principais críticas residem na pouca transparência a respeito da alocação dessas verbas.

Juridicamente, as entidades são paraestatais, cada uma delas é uma pessoa jurídica de direito privado, ou seja, não fazem parte da Administração Direta nem Indireta mas, como recebem dinheiro público, estão sujeitas ao controle do Poder Público.

Os recursos são provenientes da chamada contribuição compulsória ou social e corresponde a um percentual da folha de pagamento. Conforme o setor, a porcentagem varia de 0,2% a 2,5% sobre o montante da remuneração paga aos empregados.

Legislação – As entidades do Sistema S são regidas por uma série de particularidades jurídicas que dão margem para a confusão entre o conceito de público e privado. Diretamente ligadas a confederações nacionais como as do Comércio de Bens, Serviços e Turismo ou da Indústria, essas organizações atendem a demandas de capacitação de mão de obra e prestação de serviços de interesse dos grupos ligados a tais confederações.

O professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFRGS, Rafael Maffini, entende que o Sistema S é formado por entidades que, apesar de não integrarem a estrutura do Estado, serviriam, em tese, para a satisfação de interesses públicos. “Tudo que é estatal é público, mas existem entidades que devem ser consideradas públicas, ainda que não sejam estatais. Este seria o caso das entidades integrantes do Sistema S. Justamente em razão de tal caráter público – ainda que não estatal – é que elas devem observar, no que couber, alguns princípios do Direito Administrativo”, esclarece.

Mesmo que recebam recursos públicos não previstos no orçamento da União, as “S” não têm obrigação de realizar licitações. Contudo, precisam se ater aos dispositivos que norteiam os atos administrativos como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Por outro lado, são regidas por regulamentos internos de contratação. Os termos são diferentes da

lei 8.666, que rege as licitações, mas cada entidade tem um patamar para a realização de certame público. Também não há necessidade de realização de concurso público, mas em geral processos seletivos são promovidos por meio da ampla divulgação das vagas.

Gigante na arrecadação – O Sesc é a maior entidade do Sistema S em termos de arrecadação. No ano passado, a Receita Federal repassou R\$ 4,6 bilhões. A instituição é um universo que inclui hotéis, sedes campestres, academias, restaurantes e cursos. Além disso, promove shows e festivais em todo o país. No ano passado, ofereceu 18,5 mil apresentações de teatro e 15,6 mil shows de música, de acordo com os relatórios de gestão das unidades espalhadas pelo país.

A instituição também tem oferta de bolsas, mas em menor quantidade que o Senac, voltadas para o ensino técnico e a formação superior para o mercado. Conforme o presidente do Sistema Fecomércio no Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Bohn, 17% dos serviços do Sesc são gratuitos. “Nossos valores são compatíveis com o mercado. Sejam cursos profissionalizantes, pós-graduação ou estadia em nossos hotéis, a qualidade do Sesc e do Senac são os diferenciais. Somos reconhecidos por isso e aplicamos preços competitivos. Não se pode esquecer que os jovens aprendizes recebem bolsas de formação.”

A arrecadação das entidades por meio de desconto na folha de pagamento dos funcionários do comércio é muito discutida, recorda o próprio dirigente do Sistema Fecomércio. Bohn diz estar ciente de que a folha poderia ser desonerada, já que 2,5% é um recurso significativo. No RS, o Senac recebe cerca de R\$ 100 mi-

lhões e o Sesc, R\$ 200 milhões por ano via contribuição compulsória. “O sistema é gerido de forma privada com contenção de despesas, por isso proporciona atividades de qualidade de forma muito maior do que se o recurso estivesse espalhado entre as empresas individualmente. Esse efeito multiplicador só é possível porque as ações são conjuntas”, destacou Bohn.

As contestações ao Sistema S se intensificaram a partir de 2009. Com a entrada em vigor da lei 11.768/08, as entidades passaram a ter de publicar na internet seus balanços financeiros em termos semelhantes aos da Lei de Acesso à Informação. Porém, diversas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) apontaram falhas na transparência desses entes.

Ademais, vem crescendo a arrecadação dessas entidades fora do escopo da fiscalização. Boa parte dos rendimentos não é proveniente da União. Ou seja, são recursos gerados a partir da atividade de gigantes como Sesi e Senai, mas que não fazem parte da contribuição compulsória que passa pela Receita Federal. No caso do sistema Sesi/Senai, muitas empresas podem pagar diretamente através de uma guia de recolhimento.

O superintendente do Sistema Fieggs, Carlos Zuanazzi, diz que as empresas de médio e grande porte pagam diretamente, mas garante que a Receita tem controle. “É importante devido a rapidez com que recebemos os repasses. O governo sabe o quanto recebemos porque nosso sistema está interligado com a Receita.”

Quanto às receitas próprias, que chegaram a R\$ 3,2 bilhões entre Sesi e Senai em 2016, o superintendente argumenta que não há lucro mas reinvestimento nos serviços

aos industriários. “Os empresários, por exemplo, estão cumprindo a legislação através de convênios conosco para prestação de cuidados com a saúde, tais como os exames periódicos de audiometria e visão ou ainda os levantamentos dos riscos ambientais, treinamento para guardas de incêndio”.

Caixa preta – A Reforma Trabalhista tornou a contribuição sindical opcional. Dessa forma, o trabalhador não teria a obrigação de contribuir com um dia de trabalho para os sindicatos representantes de classe. No ano passado, essas entidades receberam aproximadamente R\$ 3,6 bilhões em contribuições compulsórias. Espera-se que as categorias com menor representatividade percam poder de barganha junto aos empresários.

Já o Sistema S, passou incólume pela reforma. O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) protocolou emenda que pretendia acabar com as contribuições obrigatórias para essas entidades, mas a medida foi derrotada. O mesmo senador apresentou em 2016 um projeto de lei para destinar 30% das contribuições do Sistema S para a Seguridade Social, o que inclui aposentadorias, saúde e assistência social. Antes disso, o ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, encaminhou no final de 2015, proposta de retenção de 30% dessas verbas para o fechamento das contas. Também não obteve sucesso devido a forte pressão dos presidentes das confederações que controlam as “S”.

Quanto à crítica de pouca transparência relativa às contas do Sistema S, é recente a divulgação na internet dos balanços entre gastos e receitas. Em análise do Tribunal de Contas da União divulgada em abril do ano passado, constataram-se melhorias

público e o privado



Imagens: Senac Beleza
Senac Gastronomia
Senai Automotivo

em relação à transparência. O TCU verificou que os órgãos auditados tendem a cumprir estritamente o que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) quanto à divulgação dos gastos e das despesas. Porém, as informações relativas às licitações apresentadas nos sítios eletrônicos estavam incompletas e as que foram encaminhadas ao Tribunal continham campos em branco ou preenchidos com erros.

O Tribunal constatou igualmente que as entidades publicam a relação de empregados e dirigentes, bem como outras informações exigidas legalmente sobre o tema. No entanto, apesar de atenderem ao disposto na lei, os dados publicados não são suficientes para análises do perfil remuneratório dos empregados. Além disso, apenas metade das entidades divulga informações relativas à gratuidade de seus cursos.

Falta de controle – O professor de Direito Administrativo na Escola de Administração da UFRGS, Aragon Dasso Júnior, contesta a arrecadação dessas entidades e a própria manutenção do modelo semipúblico. “São órgãos que se tornaram anacrônicos. Eles tiveram um papel importante no momento de sua criação, isso é incontestável, mas a universalização da saúde e do ensino os tornou anacrônicos. O mais correto seria a arrecadação direta pelo governo com a destinação para políticas públicas que abarcassem toda a população. Além disso, a sociedade cobra controle muito mais rígido dos recursos. Não se pode operar como se fazia há setenta anos”, argumenta.

O docente destaca que até 2009 não havia um percentual mínimo de cursos gratuitos a serem ofertados por essas organizações. Em contrapartida, as “S” alegam ter ampliado

as gratuidades, assim como ofertaram vagas dentro do programa do Pronatec de ensino profissionalizante, que foi uma das bandeiras do governo Dilma Rousseff e está atualmente suspenso. “Os órgãos defendem suas gratuidades, mas o próprio TCU diz que não é possível ter clareza sobre quantas capacitações são realmente oferecidas. Além disso, muitos desses cursos têm carga horária curtíssima e formação contestável como reaproveitamento de cascas de frutas ou como embalar presentes”, ressalta Aragon.

O especialista em Direito Administrativo defende que o modelo deve ser extinto. “Eu diria que nenhuma das entidades paraestatais deveria existir sob o ponto de vista de prestação de serviços custeados com recursos públicos. Ou elas fazem parte do setor privado ou integram o setor do público. Chamar entidades com orçamentos milionários e investimentos no mercado imobiliário de ‘sem fins lucrativos’ é um eufemismo. Elas podem não ter lucro do ponto de vista da divisão entre os seus associados, mas haverá resultados financeiros”, sustenta.

Nos anos 1990, as entidades que compõem o Sistema S tiveram expansão ao invés de retração após a Constituição de 88. Nessa época, aumentou a atuação do Terceiro Setor que é constituído por organizações de iniciativa privada, sem fins lucrativos, que prestam serviços públicos. “O discurso dos anos 90 pregava que todos os serviços públicos eram ineficientes, portanto a iniciativa privada tinha de assumir as funções públicas. Desconheço, aliás, um país que tenha uma mistura tão intrincada entre o público e o privado como o Brasil. Nos outros países, existe uma clara distinção entre essas esferas”, finaliza.

Empreendedores e cooperativados

Em tempos de crise econômica no Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) faz uma análise anual dos setores com maiores chances de prosperar. De acordo com a entidade, os empreendimentos que atendem a necessidades básicas e que oferecem serviços de reparação, além de serviços especializados que permitem a redução de custos operacionais a outras empresas, foram vistos como negócios com chances de sobrevivência neste ano.

Para realizar esse mapeamento, o Sebrae analisa os segmentos com maior taxa de natalidade, pois sinalizam a existência de uma demanda superior. Os negócios em alta estão ligados ao vestuário, alimentação e higiene. “A população continua crescendo e, mesmo em tempo crise, ela não deixa de consumir esses produtos e serviços”, disse o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, quando o estudo foi lançado no início do ano.

Com o objetivo de dar suporte aos empreendedores individuais e microempresas, o Sebrae ganhou espaço e sedes pelo Brasil inteiro. Segundo a entidade, 20% das 1,9 milhão de micro e pequenas empresas estabelecidas no estado são atendidas pelo Sebrae. Entre as formações mais procuradas, está o plano de negócios. “Costumo dizer que os

empresários deveriam visitar seu negócio anualmente. O mercado e as necessidades das pessoas mudam muito rapidamente”, destaca o gerente da Regional Metropolitana do Sebrae, Paulo Bruscato.

O dirigente reconhece que os cursos gratuitos ofertados pelo Sebrae são introdutórios. Aqueles que buscam uma formação adequada para o empreendedor que já tem uma ideia definida de negócio têm custo, mas ainda são considerados acessíveis. Modalidades como consultoria em planos de negócios, em que um consultor do Sebrae vai acompanhar o empreendedor, custam cerca de R\$ 2 mil. A instituição recebeu R\$ 3,1 bilhões neste ano em verbas compulsórias, o que a classifica como o segundo maior arrecadador do Sistema S.

O novo da turma – O cooperativismo no Brasil tem uma longa trajetória que data da vinda dos portugueses para o país. O marco, segundo a história do setor, é 1902. Naquele ano, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, com sede em Nova Petrópolis, que continua até hoje em atividade. Logo agricultores se uniram para complementar a falta de equipamentos e suprimentos. Em 1969, foi fundada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),

para representar os integrantes cooperados.

Já o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) foi estabelecido em 1998, através de medida provisória e regulamentado pelo Decreto n.º 3.017/1999. A entidade se define como responsável pelo ensino, formação profissional e organização social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras. A entidade é o “primo pobre” da família S, tendo recebido R\$ 319 milhões neste ano.

As 420 cooperativas do Rio Grande do Sul geram R\$ 42 bilhões por ano, o que equivale a 10% do PIB do Estado. Conforme o presidente do SESCOOP/RS, Vergílio Perius, os 58 mil empregados do setor podem ser beneficiados de alguma forma com os serviços da entidade anualmente. Segundo Perius, o programa *Jovem Aprendiz* está entre os destaques da entidade. Todos os aprendizes têm isenção e recebem bolsa-auxílio para custear os estudos. A maior parte dos cursos está no meio urbano, mas a intenção é diminuir essa diferença. “O objetivo é fornecer mais cursos para os jovens que estão no campo, até porque quanto mais qualificados para as atividades das cooperativas agrícolas, maiores serão as chances desses jovens se tornarem os sucessores da propriedade rural”, ressalta.

Foco na educação de jovens



Alunos do projeto Jovem Aprendiz do SENAI Automotivo de Porto Alegre

Tendo como meta a oferta de serviços básicos para os industriários, o Sesi ganhou espaço ao dispor atendimento médico e odontológico, assim como esporte e lazer. A Vila Residencial Sesi, destinada aos trabalhadores da indústria, foi construída nos anos 1940 em parceria com o governo do Estado no bairro Passo D'Areia, em Porto Alegre. O diretor regional do Sesi/RS, Juliano Colombo, lembra que a instituição já teve a segunda maior rede de farmácias do Estado e criou a cesta básica. "Fornecíamos alimentos a preços mais baixos para que o trabalhador pudesse estocar no período de alta inflação. Cobramos um percentual em nossas atividades para atender uma maior gama de trabalhadores."

Escolas disputadas – Com a mudança nas necessidades dos brasileiros no meio urbano, o Sesi foi modificando sua ação. Os atendimentos odontológicos seguem sendo referência nos consultórios próprios, nas empresas e nas unidades móveis, mas um dos braços da atuação tem sido o ensino médio. No RS, quatro colégios oferecem bolsas até 100% subsidiadas para filhos de industriários. "Como o ensino caiu muito em qualidade no estado, em especial, nas séries finais do ensino médio, o mercado recebe profissionais que não estão preparados. Resolvemos buscar nosso próprio modelo de escola", destaca Juliano Colombo.

Coordenadora regional da empresa Ekobrasil, Rejane Ferreira, matriculou a filha na unidade de Gravataí. Eduarda, que tem 15 anos, está cursando o primeiro ano do ensino médio. Rejane define o ensino

do colégio como "sensacional". "Se eu fosse estudante, tudo que gostaria seria estudar lá. Os alunos e professores são engajados nos projetos. Percebo que até mesmo o ambiente com wi-fi livre é para ser gerenciado com responsabilidade, assim como os projetos que eles desenvolvem na escola. Minha filha não queria estudar lá, agora está superintegrada", comemora.

Rejane ainda ressalta o envolvimento dos professores, que acompanham a evolução dos estudantes como "articuladores" e o compromisso com a participação dos pais. "Se os pais não aparecem, o pessoal da escola liga cobrando presença. Poucos não comparecem, porque há estímulo nessa integração". As escolas de ensino médio estão estabelecidas em Gravataí, Sapucaia do Sul, Montenegro e Pelotas. Mais duas serão criadas em São Leopoldo e Caxias do Sul nos próximos dois anos.

O ensino nessas escolas é gratuito para filhos de industriários. Já no caso de outros serviços do Sesi, como no atendimento odontológico, há custo. Segundo Colombo, os valores são reduzidos. "Nem tudo pode ser gratuito. Caso contrário, nossa atuação seria muito menor. Temos uma diretriz de investir 1/6 da arrecadação em gratuidade, mas hoje fazemos quase o dobro disso. Em torno de 25% é gratuito". Em todo o país, em 2016, o Sesi recebeu R\$ 2,18 bilhões em repasses da contribuição compulsória.

Preparados para o mercado – Com 19 anos, Welinton Becker (foto na página anterior) é apaixonado por carros. Ele acompanha o calendário das corridas do Racha Tarumã, de Viamão, e sempre vai assistir

aos eventos com amigos que também gostam de automobilismo. Um de seus sonhos é trabalhar na montagem de carros turbinados para as disputas entre pilotos.

Cursando o primeiro ano do curso técnico em manutenção automotiva no Senai de Porto Alegre, de segunda a quinta-feira, durante as tardes, ele mexe em motores e na parte elétrica de carros das mais diversas marcas. "Os motores da Chevrolet me atraem mais porque são de qualidade, mas também mais simples de serem consertados do que os da Fiat, para os quais a correção de um problema fica comprometida sem determinadas ferramentas", explica.

O jovem divide-se entre o curso profissionalizante e o trabalho em uma estética automotiva. Procurando estágio, diz que ainda não conseguiu por causa dos longos dreads que ostenta. "Acho que terei de cortá-los. Nesse tipo de serviço, em que temos contato com o proprietário do carro, ainda há preconceito da sociedade. Não é preconceito com o nosso trabalho, mas em relação à aparência, já que o curso automotivo é de excelente qualidade." Assim que conseguir um emprego, Welinton pretende começar a cursar Engenharia Mecânica.

Ele ainda não encontrou emprego na área, mas, segundo o Senai, 70% dos egressos de seus cursos conseguem se colocar no mercado. "A média chegou a 85% antes da crise econômica", ressalta o diretor regional, Carlos Trein. O gestor garante que o acompanhamento da vida profissional dos alunos é feito logo após a conclusão dos cursos e um ano depois, quando já estiverem empregados. "As indústrias também são consultadas para que possamos fazer o

aprimoramento contínuo dos serviços que oferecemos", acrescenta o dirigente.

Opções diversificadas – O curso que Welinton faz é apenas uma das opções que o Senai oferece. O polo da capital é focado no setor automotivo, mantendo convênios com as concessionárias autorizadas. A cada lançamento de veículo, profissionais da unidade são capacitados para depois treinarem os funcionários das revendas. Entre outras áreas de atuação – com formação profissionalizante, pesquisa e consultoria – estão no escopo da instituição os setores de Metalmecânica, Eletricidade, Eletrônica, Automação Industrial, Construção Civil, Gestão e Serviços Especializados. Há também oferta de formação no âmbito da indústria 4.0 (também conhecida como Quarta Revolução Industrial, que prevê a informatização da manufatura usando tecnologias de automação e computação em nuvem) e da robótica.

O Senai foi criado em janeiro de 1942 para oferecer educação profissionalizante aos trabalhadores da incipiente indústria. Sua manutenção deveria ser realizada com recursos de empresários e administrada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com o crescimento do parque industrial brasileiro, outras funções foram incorporadas às suas atividades, incluindo parcerias com universidades e agências de fomento para a realização de pesquisas em tecnologia. Exemplos disso são editais para empresas ou *startups* que queiram desenvolver projetos de inovação com recursos do Senai e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).